

GUIA

DE ÉTICA
E INTEGRIDADE
CIENTÍFICA
DA UFS

SÃO CRISTÓVÃO/SE
PPGCI - UFS
2025

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

AUTORA

Maria Edvânia da Silva Pereira

ORGANIZAÇÃO DO GUIA

Maria Edvânia da Silva Pereira
Renata Ferreira Costa

REVISÃO

Renata Ferreira Costa

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Germana Gonçalves de Araújo

Este guia está licenciado sob a

CC-BY-NC-SA

Atribuição-NãoComercial-Compartilhamento

Esta licença autoriza reutilizadores a distribuir, remixar, adaptar e criar a partir do material em qualquer meio ou formato, exclusivamente para fins não comerciais, desde que seja dada a devida atribuição ao criador. Materiais remixados, adaptados ou derivados devem ser licenciados sob os mesmos termos da licença original. A licença CC BY-NC-SA inclui os seguintes elementos:

-  BY: os créditos devem ser dados ao criador.
-  NC: Somente usos não comerciais da obra são permitidos.
-  SA: Adaptações devem ser compartilhadas sob os mesmos termos.

Como citar o material:

PEREIRA, Maria Edvânia da Silva. Guia de Ética e Integridade Científica da UFS. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2025.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Pereira, Maria Edvânia da Silva.
P436g

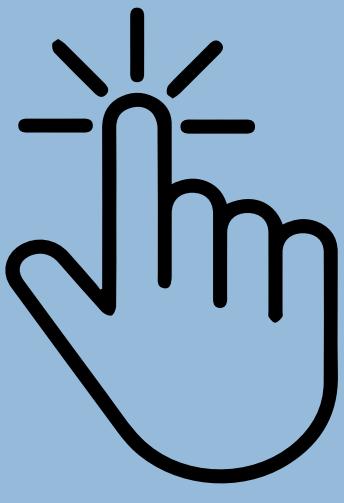
Guia de Ética e integridade científica da UFS. [recurso eletrônico] / Maria Edvânia da Silva Pereira. - São Cristóvão, 2025.
66 f. : il. ; color.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Ferreira Costa.
Produto (Mestrado profissional em Ciência da Informação)
Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2025.

1. Integridade científica. 2. Ética em pesquisa.
3. Ética da Informação. 4. Produção científica. 5. UFS. I. Costa, Renata Ferreira. orient. II. Título.

CDU 174:001.4(813.7)

CDD 174



SUMÁRIO

6

1 ÉTICA E INTEGRIDADE CIENTÍFICA? POR QUE ELAS SÃO IMPORTANTES NA UNIVERSIDADE?

7

2 COMO AGIR ETICAMENTE NO MEIO ACADÊMICO



- 2.1 Honestidade
- 2.2 Transparência
- 2.3 Confiança
- 2.4 Justiça
- 2.5 Respeito
- 2.6 Responsabilidade
- 2.7 Coragem

10

3 DIRETRIZES GERAIS DE CONDUTA ÉTICA E ANTIÉTICA NA PESQUISA

- 3.1 Integridade na produção científica
- 3.2 Boas práticas em pesquisa
- 3.3 Autoria e coautoria
- 3.4 Atribuição de autoria por área do conhecimento
- 3.5 Editoras e revistas
- 3.6 Citação, Referenciação, Creative Commons e Direitos Autorais

17

4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ÉTICA E INTEGRIDADE CIENTÍFICA NA UFS

- 4.1 Resolução nº 09/2016/CONEPE
- 4.2 Cartilha “UFS na peleja contra o plágio!”
- 4.3 Software Turnitin Similarity
- 4.4 Instrução normativa sobre o Turnitin Similarity
na Pós-Graduação

24

5 ÉTICA NO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NA PESQUISA E NA ESCRITA CIENTÍFICA

- 5.1 Curiosidades sobre o uso correto da IA na escrita

28

6 PANORAMA NACIONAL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS COM GUIAS DE ÉTICA E INTEGRIDADE CIENTÍFICA

30

7 ORIENTAÇÕES ÉTICAS E CIENTÍFICAS NA GRADUAÇÃO

- 7.1 O que o aluno de graduação deve conhecer logo no início
- 7.2 Condutas éticas e antiéticas na Graduação

Continua

SUMÁRIO

35

8 ORIENTAÇÕES ÉTICAS E CIENTÍFICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

- 8.1 O que o aluno de pós-graduação deve conhecer logo no início
- 8.2 Documentos e normas éticas e científicas na pós-graduação
- 8.3 Normas externas e internas que devem ser seguidas na Pós-Graduação
- 8.4 A pressão por produtividade e seus impactos éticos
- 8.5 A responsabilidade social da pesquisa
- 8.6 Condutas éticas e antiéticas na Pós-Graduação

42

9 OS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA NA UFS E SEUS PAPÉIS

- 9.1 CEP Humanidades/UFS - 0383
- 9.2 CEP Hospital Universitário/UFS – 5546
- 9.3 CEP UFS-LAG/HUL
- 9.4 Cadastro na Plataforma Brasil
- 9.4.1 Submissão na Plataforma Brasil
- 9.4.2 Como saber que direcionou seu protocolo de pesquisa para o CEP que deseja?
- 9.5 CEPAP/UFS
- 9.6 CEPA/UFS

54

10 DA MÁ CONDUTA À RETRATAÇÃO: IMPACTOS E CORREÇÕES NO MEIO EDITORIAL CIENTÍFICO

59

11 A DESINFORMAÇÃO NA CIÊNCIA

- 11.1 Principais Impactos da Desinformação na Ciência

62

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

63

REFERÊNCIAS

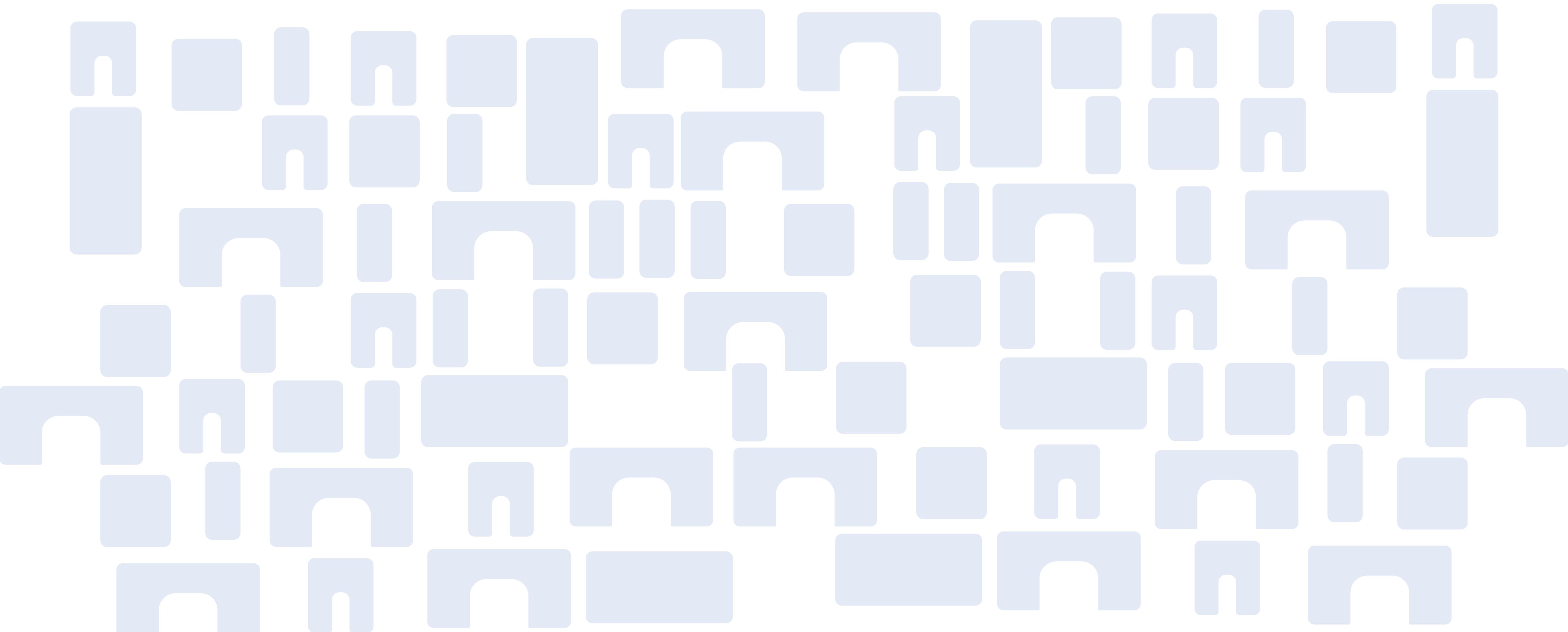




Foto: Adilson Andrade
- Ascom/UFS

APRESENTAÇÃO

A ética e a integridade científica são pilares estruturantes de uma ciência responsável, confiável e comprometida com a sociedade. Fundamentadas em valores como honestidade, transparência, fidedignidade, respeito e responsabilidade, essas práticas constituem um compromisso coletivo, que deve estar presente em todas as etapas do fazer científico — da formação de pesquisadoras e pesquisadores à interação entre os diversos agentes envolvidos na produção e na difusão do conhecimento.

Com o propósito de contribuir para o fortalecimento da cultura científica na Universidade Federal de Sergipe (UFS), este Guia de Ética e Integridade Científica foi elaborado em 2025 por Maria Edvânia da Silva Pereira, mestrandra do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFS), sob orientação da professora doutora Renata Ferreira Costa Bonifácio. A iniciativa integra as atividades curriculares do programa e reflete o compromisso institucional da UFS com a promoção de boas práticas na pesquisa, no ensino e na extensão.

De forma objetiva, clara e acessível, o Guia aborda questões centrais relacionadas à ética e à integridade na pesquisa, compreendidas como práticas cotidianas indispensáveis à vida acadêmica. Ao promover o diálogo sobre essas temáticas, busca-se estimular uma postura crítica, propositiva e ética entre estudantes, docentes, técnicos e demais membros da comunidade acadêmica.

É importante destacar que este material tem caráter consultivo, educativo e preventivo. Ele não substitui os marcos legais ou normativos da UFS, mas se propõe como instrumento de apoio, sensibilização e formação permanente.

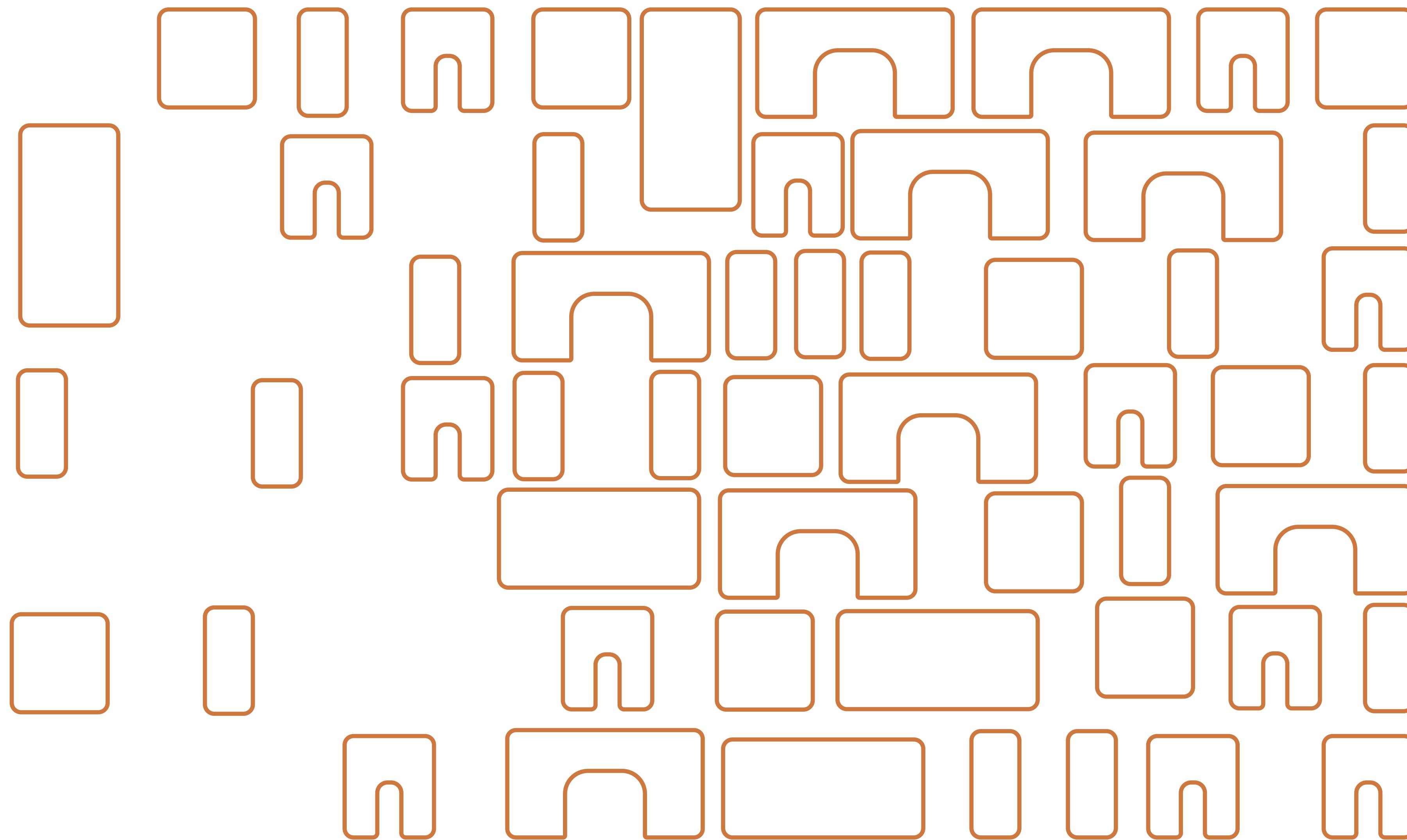
Espera-se que este Guia contribua de forma efetiva para o aprofundamento do conhecimento sobre ética e integridade na ciência, fomentando práticas institucionais pautadas pela excelência acadêmica e pelo rigor ético.

Ao promover esses valores, almeja-se fortalecer um ambiente universitário cada vez mais comprometido com os princípios democráticos, científicos e humanos que orientam a missão da UFS, em sintonia com os desafios contemporâneos da pesquisa e com o papel social da Universidade Pública.

PEREIRA, Maria Edvânia da Silva. Acesso à informação sobre boas práticas em pesquisa: Guia de Ética e Integridade Científica na Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2025. 135 f.

Consulte o Guia de Ética e Integridade Científica e aprenda a aplicar os princípios científicos de maneira consciente, responsável e prática no seu dia a dia acadêmico.

Vamos lá!?



1 ÉTICA E INTEGRIDADE CIENTÍFICA? Por que elas são importantes na universidade?

Falar sobre ética e integridade científica é abordar um compromisso essencial com os princípios e padrões que norteiam a produção e a circulação do conhecimento nas universidades, nas agências de fomento e nas instituições de pesquisa. Esses princípios são indispensáveis para garantir a credibilidade das descobertas, o respeito aos envolvidos e a responsabilidade social da ciência.

A ética, de modo geral, diz respeito ao conjunto de valores e normas que orientam a conduta humana, ajudando a distinguir o que é certo ou errado, justo ou injusto. No contexto científico, ela se concretiza por meio do respeito à honestidade intelectual, à dignidade das pessoas envolvidas em pesquisas, à fidedignidade dos dados coletados, à correta atribuição de autoria e à fidelidade à verdade como valor científico.

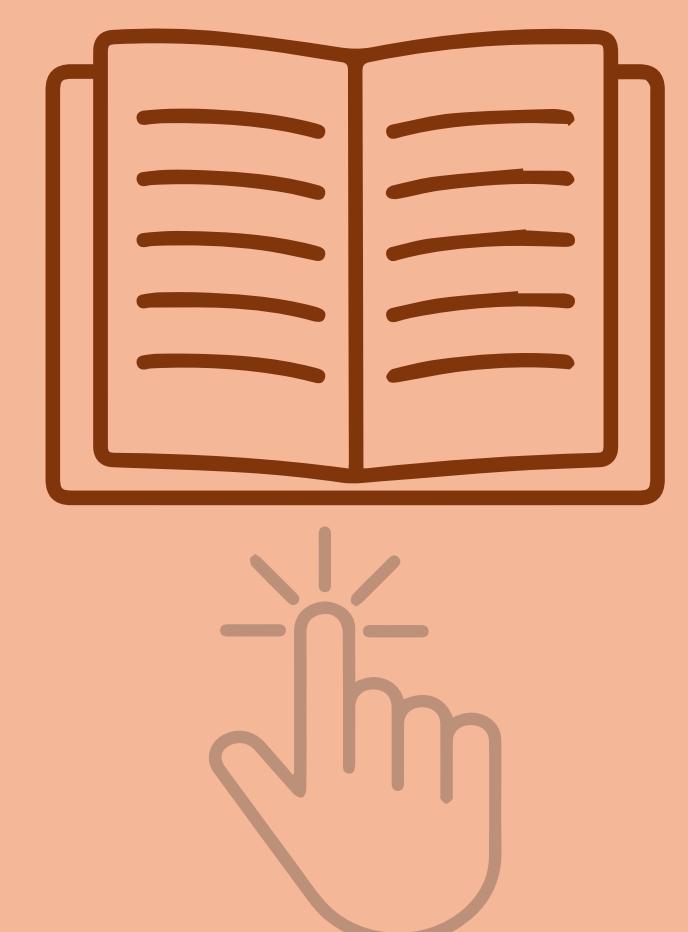
Na UFS, a ética em pesquisa tem como eixo central a proteção ao participante de pesquisa. Os Comitês de Ética em Pesquisa — com seres humanos ou com animais — exercem papel fundamental nesse processo, assegurando que os direitos, a integridade e a dignidade da pessoa humana e dos animais sejam respeitados em todas as etapas da investigação.

Já a integridade científica¹ refere-se ao compromisso incondicional com a honestidade, o rigor, a justiça, o respeito e a responsabilidade em todas as fases da produção e divulgação científica. Isso implica conduta ética na experimentação, relato fiel dos dados, recusa à manipulação de resultados, responsabilidade autoral, uso ético da inteligência artificial e zelo pela integridade da informação — elementos que, juntos, sustentam a confiança da sociedade na ciência.

¹ Explicamos que, ao longo do texto, os termos “integridade científica” e “integridade acadêmica” serão tratados como sinônimos, embora na literatura científica alguns autores as diferenciam.



PARA SABER
MAIS:



GUERRIERO, Iara Coelho Zito; SCHMIDT, Maria Luísa Sandoval; ZICKER, Fábio (orgs). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Hucitec, 2008.

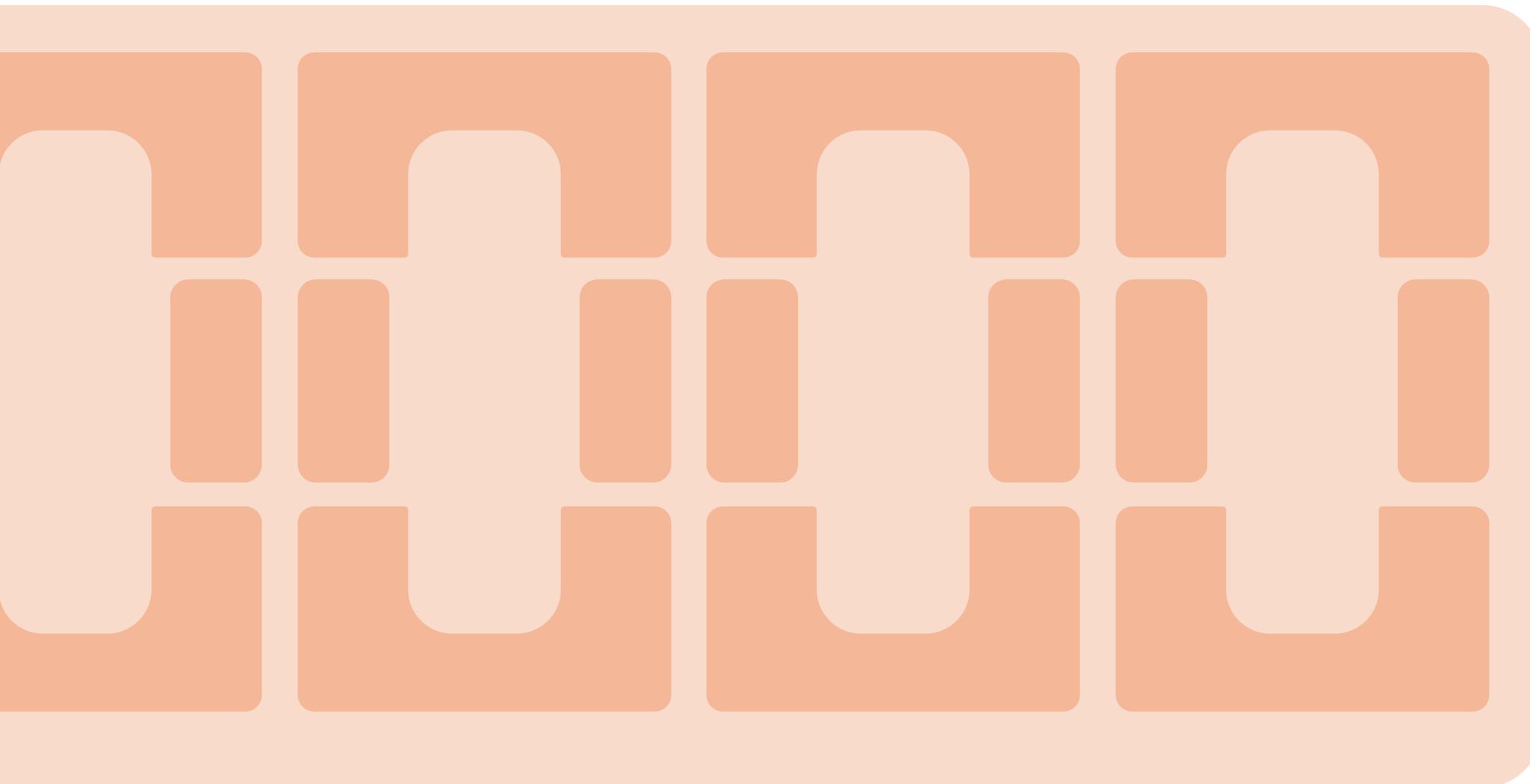


2 COMO AGIR ETICAMENTE NO MEIO ACADÊMICO

Pratique a...

2.1 HONESTIDADE é a **base da integridade acadêmica**. Sem ela, valores como confiança, justiça, respeito e responsabilidade não se sustentam. É o ponto de partida para uma prática acadêmica ética e de qualidade.

Ao agir com honestidade, discentes e docentes se comprometem com a verdade e com as responsabilidades que acompanham o fazer acadêmico.



Por que ser honesto importa?

Respeita o conhecimento e quem o produziu;

Constrói uma reputação acadêmica sólida;

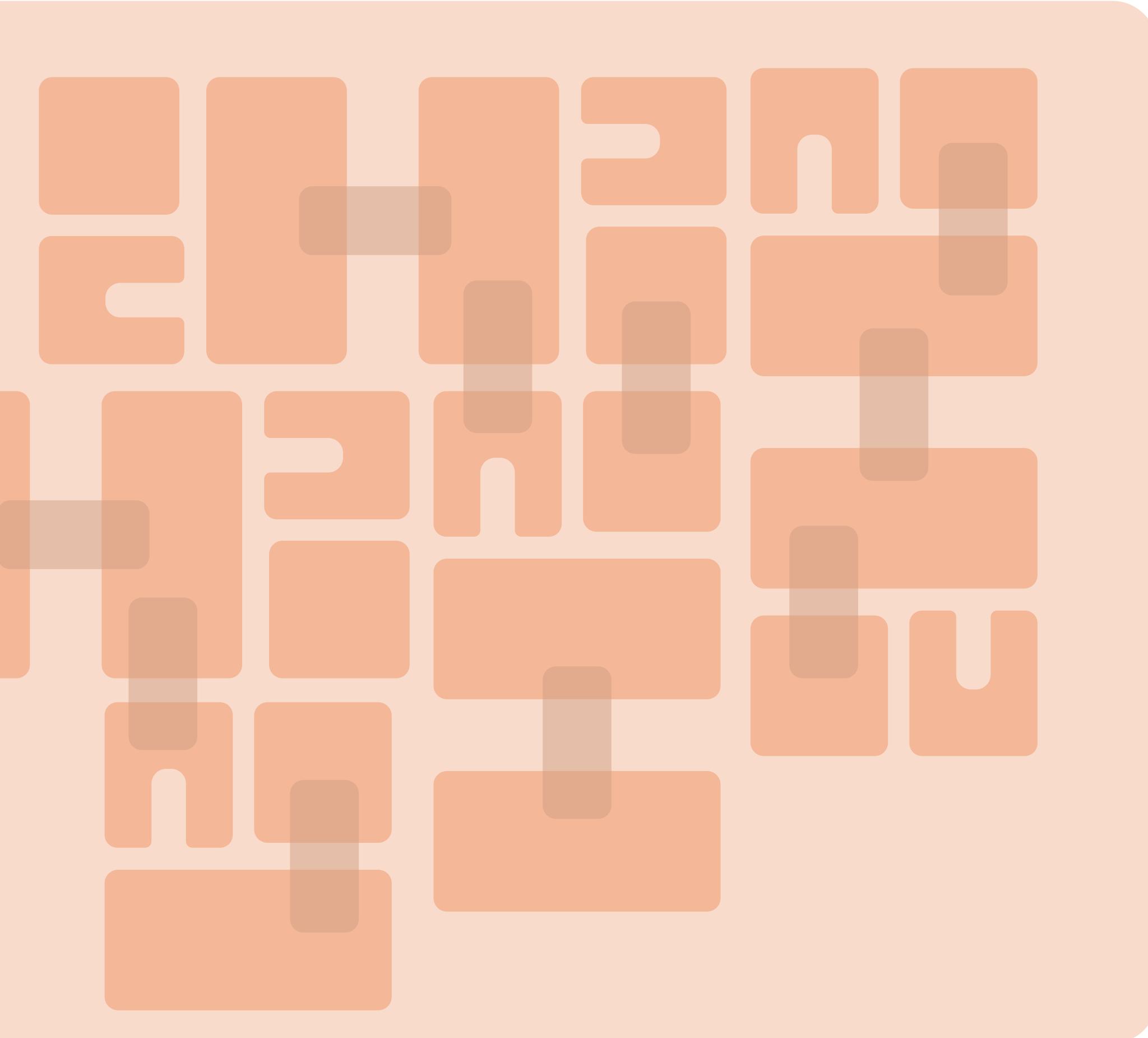
Ajuda a manter a sua credibilidade e a da sua instituição de ensino, valorizando-as;

Fomenta a ciência com autonomia e ética.

2.2 TRANSPARÊNCIA é um princípio essencial da integridade acadêmica. Esse princípio estabelece boas práticas de pesquisa, como declaração direta das fontes consultadas e dos métodos adotados, parcerias estabelecidas e uso de tecnologias, incluindo ferramentas de Inteligência Artificial.

A transparência assegura credibilidade ao trabalho científico e reforça o compromisso ético do pesquisador.

O reconhecimento da autoria integra esse valor, evitando a apropriação indevida de ideias, dados ou produções de terceiros e garantindo que todas as contribuições sejam devidamente atribuídas.



Por que ser transparente importa?

Facilita a avaliação crítica do trabalho acadêmico;

Permite identificar a originalidade e o rigor metodológico da pesquisa;

Favorece colaborações baseadas em informações claras e verificáveis;

Garante que contribuições e ideias sejam corretamente atribuídas;

Sustenta a abertura e a confiança no diálogo científico.



2.3 **CONFIANÇA** é um dos principais pilares da ética e da integridade científica, pois se fundamenta na veracidade de tudo que é produzido ao longo da trajetória acadêmica. Essa confiança decorre de uma responsabilidade compartilhada entre todos os membros da comunidade acadêmica. Reconhecer tal responsabilidade significa assumir os padrões acadêmicos como deveres éticos que fortalecem o ensino, a pesquisa e a extensão, garantindo, assim, a credibilidade e o avanço do tripé universitário.

Por que ser confiável importa?

Promove a cooperação e o compartilhamento de ideias;

Sustenta a credibilidade do conhecimento;

Cria um ambiente justo e respeitoso;

Estimula a autonomia e a coragem de aprender;

Transcende os muros da academia.

2.4 **JUSTIÇA** consiste em assegurar tratamento equitativo aos participantes da pesquisa e/ou aos grupos sociais envolvidos, garantindo a distribuição equilibrada de benefícios e a consideração ética dos riscos. Nenhum grupo pode receber tratamento diferenciado em detrimento do outro no desenvolvimento da atividade acadêmica.

Por que ser justo importa?

Garante igualdade de condições;

Valoriza o mérito e a honestidade;

Cria um ambiente ético e saudável;

Forma cidadãos conscientes e responsáveis.

2.5 **RESPEITO**, no âmbito científico, significa preservar a integridade na produção, comunicação, compartilhamento e uso das informações e dados de pesquisa, assim como dos demais elementos que compõem o meio acadêmico. Essa prática fortalece a confiança mútua entre os membros da comunidade científica e reafirma a responsabilidade ética que deve orientar todas as atividades acadêmicas.

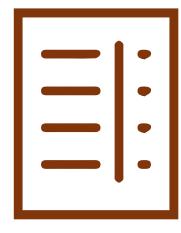
Por que ser respeitoso importa?

Valoriza as próprias ações acadêmicas e reconhece o mérito das contribuições de outros pesquisadores;

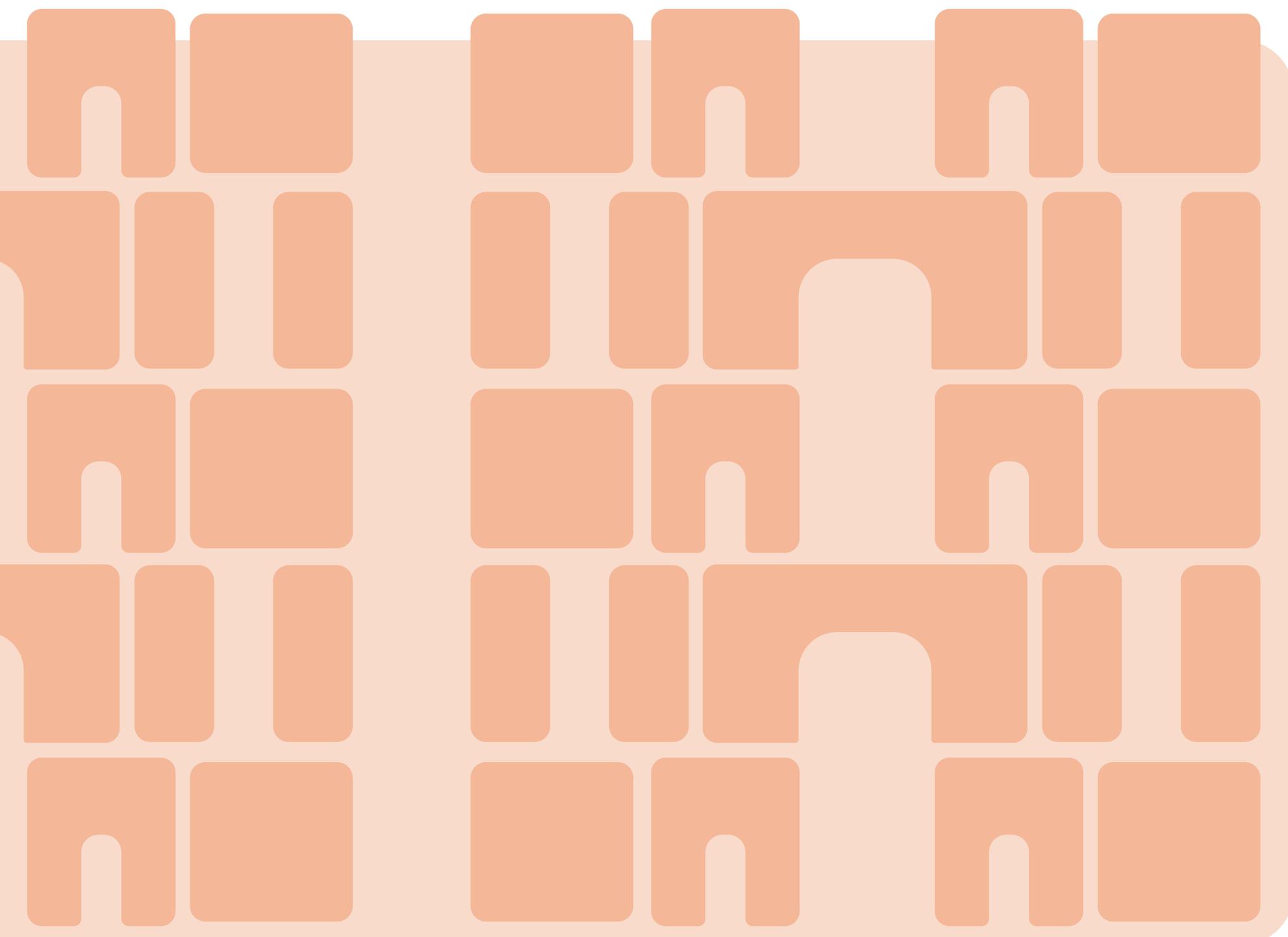
Fortalece a confiança entre pares, instituições e sociedade;

Garante o cumprimento de normas éticas e preserva a credibilidade da ciência;

Favorece um ambiente de colaboração e diálogo construtivo.



2.6 **RESPONSABILIDADE** é um elemento central para o bom desenvolvimento de todos os princípios da integridade acadêmica. Pesquisadores responsáveis atribuem valor ao conhecimento que produzem, comunicam e compartilham, seja no âmbito interno da comunidade acadêmica ou em diálogo com a sociedade.



Por que ser responsável importa?

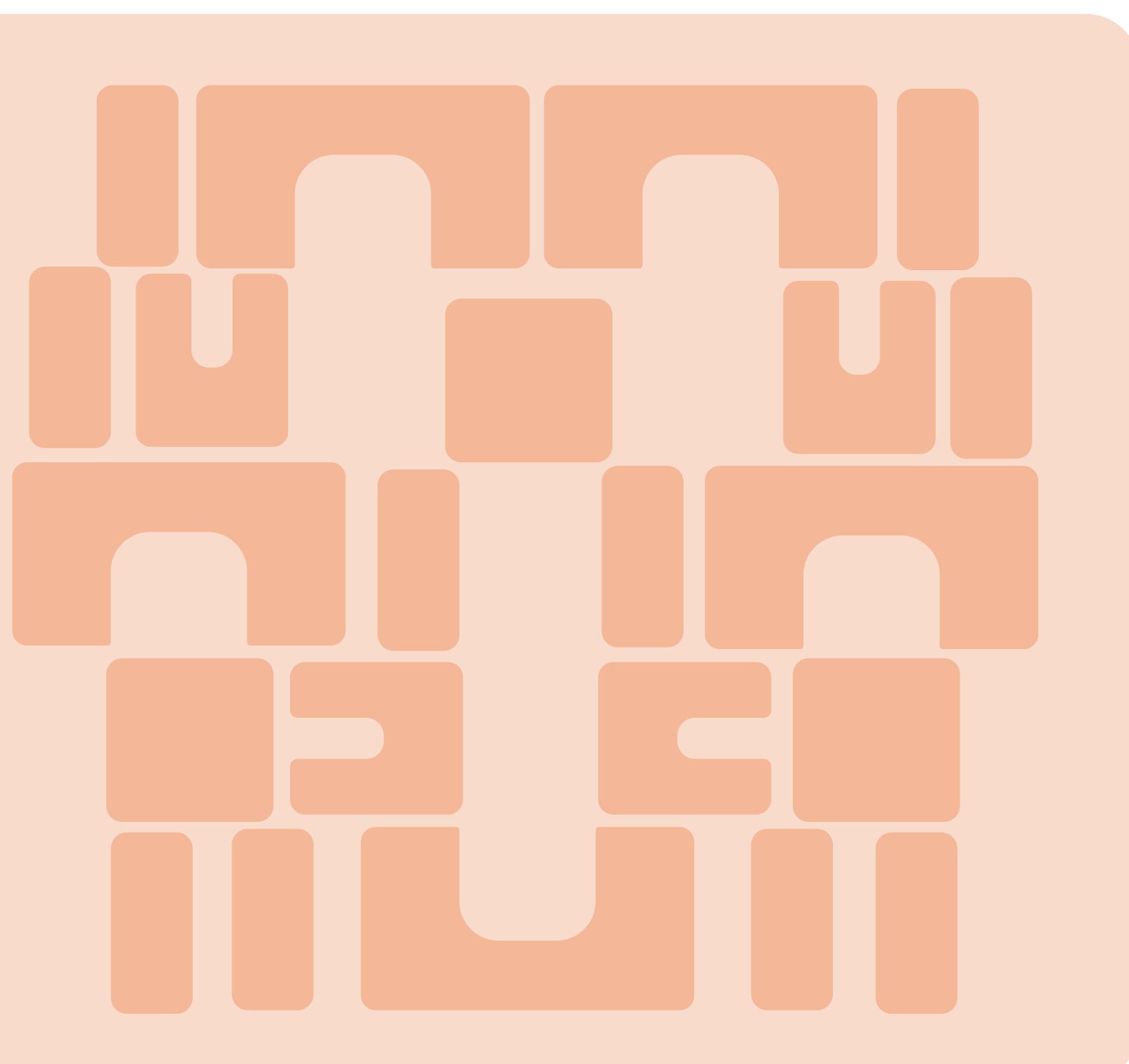
Garante que compromissos acadêmicos e prazos sejam cumpridos;

Assegura o uso ético e criterioso de dados, métodos e equipamentos;

Contribui para a confiabilidade dos resultados;

Reforça a prestação de contas à comunidade científica e à sociedade.

2.7 **CORAGEM**, no universo acadêmico, é a capacidade de agir de acordo com princípios éticos e valores da integridade, mesmo diante de medo, pressões ou riscos. Ela se manifesta quando estudantes, docentes e pesquisadores mantêm padrões elevados de pesquisa, responsabilizam a si mesmos e aos outros, e defendem uma cultura acadêmica justa e confiável, mesmo em situações adversas.



Por que ser corajoso importa?

Contribui para um meio acadêmico mais justo, responsável e respeitoso;

Estimula a evolução pessoal e coletiva no ambiente científico, ao enfrentar desafios;

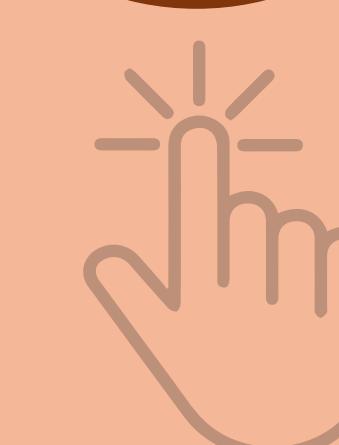
Sustenta decisões éticas, mesmo diante de pressões ou riscos;

Fortalece os princípios já citados anteriormente, principalmente a credibilidade e a confiança.



PARA SABER
MAIS:

*International Center
of Academic Integrity
(ICAI, 2014)*





3 DIRETRIZES GERAIS DE CONDUTA ÉTICA E ANTIÉTICA NA PESQUISA

3.1 Integridade na produção científica

A integridade na produção científica significa conduzir todas as etapas da pesquisa - da concepção à divulgação - de forma honesta, transparente e responsável.

Manter a integridade não significa apenas evitar más práticas; envolve também a adoção de comportamentos que fortaleçam a confiança da comunidade acadêmica e da sociedade. Esse compromisso torna-se ainda mais relevante na era da Inteligência Artificial Generativa (IAG) e diante da enxurrada de Desinformação, marcada pela propagação de *fake news* e pela disseminação massiva de discursos negativos, que podem comprometer a credibilidade do conhecimento científico.

3.2 Boas práticas em pesquisa

Boas práticas na ciência são atitudes, normas e procedimentos que orientam a conduta ética, transparente e responsável de pesquisadores e instituições no processo de produção, divulgação e aplicação do conhecimento científico.

De forma resumida, elas servem para garantir qualidade, confiabilidade e respeito nas pesquisas.

Alguns exemplos de boas práticas na ciência:

| | | |
|---|--|---|
| PLANEJAMENTO ÉTICO DA PESQUISA Respeitar normas éticas, aprovar projetos em Comitês de Ética, quando necessário, obter consentimento informado dos participantes. | RIGOR METODOLÓGICO Utilizar métodos adequados, replicáveis e devidamente científicos | RECONHECIMENTO DE AUTORIA Dar crédito correto a todos os envolvidos na produção da pesquisa, evitando plágio, redundância (autoplágio) e falsas autorias. |
| TRANSPARÊNCIA E HONESTIDADE Apresentar dados de forma completa, sem manipulações ou omissões. | REGISTRO E PRESERVAÇÃO DE DADOS Manter anotações claras, organizar e guardar registros para futura verificação ou reuso, a exemplo de fichamentos e resumos. | USO RESPONSÁVEL DA INFORMAÇÃO Citar adequadamente as fontes e respeitar direitos autorais. |



REGISTRO E PRESERVAÇÃO DE DADOS

Manter anotações claras, organizar e guardar registros para futura verificação ou reuso, a exemplo de fichamentos e resumos.

REVISÃO CRÍTICA E COLABORAÇÃO

Respeitar o trabalho de colegas, ser transparente em revisões e pareceres.

COMUNICAÇÃO CLARA COM A SOCIEDADE

Divulgar ciência de forma acessível e responsável, sem sensacionalismo.

USO ÉTICO DE TECNOLOGIAS EMERGENTES

Respeitar limites, garantir transparência e preservar a originalidade do trabalho acadêmico. Sempre que recorrer a essas ferramentas, explicitar claramente em que medida elas contribuíram para o resultado final.

PUBLICAÇÃO RESPONSÁVEL

Não fragmentar resultados, não fraudar números de publicações sem relevância, garantir a transparência dos dados e assegurar que os resultados sejam comunicados de forma clara e acessível à comunidade científica e à sociedade.

ATUALIZAR-SE SOBRE NORMAS ÉTICAS

Conhecer, acompanhar e aplicar as diretrizes estabelecidas pela instituição, pelas agências de fomento e pelos comitês de ética aos quais você está vinculado.

Baseado em Wachowicz e Costa (2016)

3.3 Autoria e coautoria

O princípio da autoria está relacionado ao reconhecimento de quem produziu um conteúdo, ao modo como ele será utilizado e à devida atribuição de referência ao seu autor.

Na universidade, ser **autor** significa assumir responsabilidade pela obra que se produz. O termo “autor” aplica-se a quem cria, desenvolve ou descobre um conteúdo, seja de natureza científica, artística ou literária. Essa produção pode assumir diferentes gêneros e formatos, como resumos, relatórios, dissertações, teses, artigos científicos, entre outros.

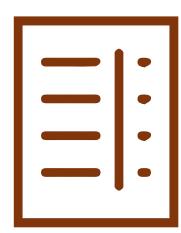
A **coautoria**, por sua vez, refere-se à participação direta e relevante na elaboração da obra, compartilhando com os demais autores a mesma responsabilidade sobre o conteúdo apresentado.

Baseado em Wachowicz e Costa (2016)

3.4 Atribuição de autoria por área do conhecimento

Considerando que a compreensão e a prática da autoria não são uniformes em todas as áreas do conhecimento, a adoção de critérios para sua atribuição deve respeitar as especificidades de cada campo científico. Dessa forma, cabe aos pares validar e aprimorar com frequência as práticas, de modo a garantir que o reconhecimento da autoria seja justo, ético e transparente.

Baseado em Wachowicz e Costa (2016)



3.5 Editoras e revistas

Passaram a adotar critérios que exigem do autor honestidade na autoria científica, solicitando, no momento da submissão ao veículo de comunicação e circulação acadêmica, a descrição das contribuições de cada participante. Essa prática promove a transparência, garante o reconhecimento devido a todos os envolvidos e reforça a responsabilidade ética de cada autor.

Baseado em Krokoscz (2015) e Witter (2010)

3.6 Citação, Referenciação, Creative Commons e Direitos Autorais

Citar e referenciar significa reconhecer formalmente a autoria, respeitando os direitos autorais, artísticos e científicos, e valorizando o trabalho intelectual. Na universidade, o uso correto das normas vai além da dimensão técnica de formatação: assegura o devido reconhecimento às contribuições de outros pesquisadores, fortalece a confiabilidade da produção científica e promove a integridade científica dos trabalhos.

Nesse cenário, o respeito à propriedade intelectual constitui um dos pilares da ética acadêmica. O sistema de *Copyright* garante ao autor os direitos exclusivos sobre a reprodução, distribuição e adaptação de sua obra, assegurando proteção legal contra usos indevidos. Contudo, como destacam Wachowicz e Costa (2016), o direito autoral não deve ser entendido apenas como um instituto de apropriação privada, mas também em sua **dimensão pública**, voltada à circulação do conhecimento. Assim, a proteção jurídica recai sobre a forma de expressão da obra, e não sobre as ideias em si, as quais devem manter livre fluxo para que continuem alimentando o avanço da ciência e o desenvolvimento social.





Com a expansão do movimento de acesso aberto e das licenças *Creative Commons (CC)*, surgiram novas possibilidades para o compartilhamento ético da informação, permitindo que autores definam, de forma clara, como suas obras podem ser utilizadas, reproduzidas ou adaptadas, sem abrir mão do reconhecimento da autoria. As licenças CC são categorizadas em seis tipos principais:



CC BY

Esta licença autoriza reutilizadores a distribuir, remixar, adaptar e criar a partir do material em qualquer meio ou formato, desde que seja dada a devida atribuição ao criador. Também permite o uso para fins comerciais. A licença CC BY inclui os seguintes elementos:



POR: o crédito deve ser dado ao criador.



CC BY-SA

Esta licença autoriza reutilizadores a distribuir, remixar, adaptar e criar a partir do material em qualquer mídia ou formato, desde que seja dada a devida atribuição ao criador. Também permite o uso para fins comerciais. Materiais remixados, adaptados ou derivados devem ser licenciados sob os mesmos termos da licença original. A licença CC BY-SA inclui os seguintes elementos:



POR: o crédito deve ser dado ao criador.



SA: As adaptações devem ser compartilhadas sob os mesmos termos



CC BY-NC

Esta licença autoriza reutilizadores a distribuir, remixar, adaptar e criar a partir do material em qualquer meio ou formato, exclusivamente para fins não comerciais, desde que seja dada a devida atribuição ao criador. A licença CC BY-NC inclui os seguintes elementos:



POR: o crédito deve ser dado ao criador.



NC: Somente usos não comerciais da obra são permitidos.



CC BY-NC-SA

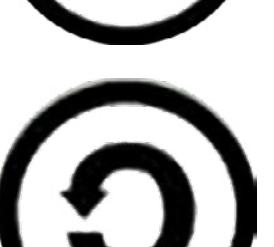
Esta licença autoriza reutilizadores a distribuir, remixar, adaptar e criar a partir do material em qualquer meio ou formato, exclusivamente para fins não comerciais, desde que seja dada a devida atribuição ao criador. Materiais remixados, adaptados ou derivados devem ser licenciados sob os mesmos termos da licença original. A licença CC BY-NC-SA inclui os seguintes elementos:



POR: o crédito deve ser dado ao criador.



NC: Somente usos não comerciais da obra são permitidos.



SA: As adaptações devem ser compartilhadas sob os mesmos termos



CC BY-ND

Esta licença autoriza reutilizadores a redistribuir, remixar, adaptar e criar a partir do material em qualquer meio ou formato, desde que seja dada a devida atribuição ao criador. Também permite o uso para fins comerciais. A licença CC BY inclui os seguintes elementos:



POR: o crédito deve ser dado ao criador.

ND: Não são permitidos derivados ou adaptações da obra.



CC BY-NC-ND

Esta licença autoriza reutilizadores a copiar e distribuir o material em qualquer meio ou formato, desde que não seja modificado, exclusivamente para fins não comerciais e desde que seja feita a devida atribuição ao criador. CC BY-NC-ND inclui os seguintes elementos:



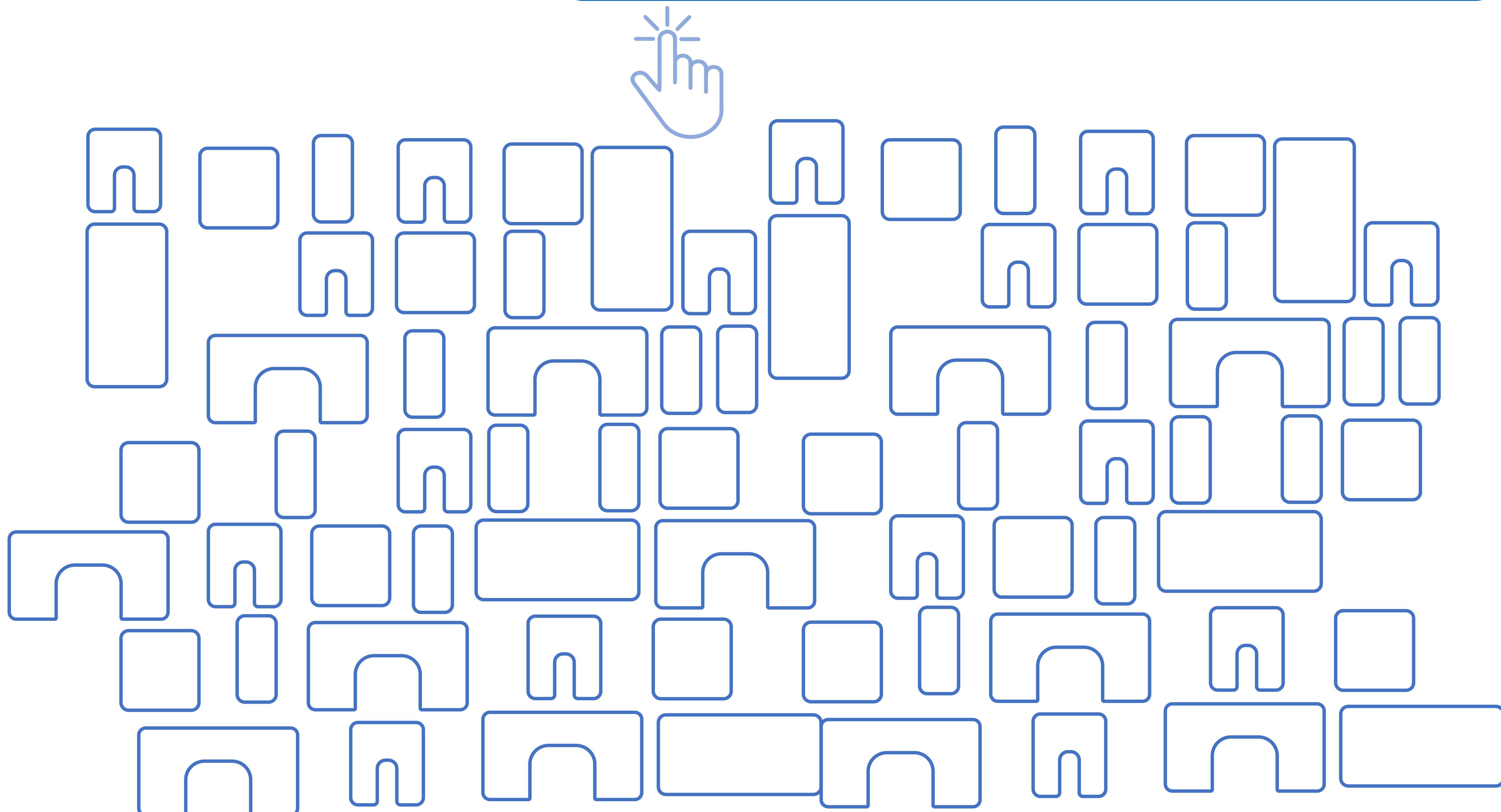
POR: o crédito deve ser dado ao criador.

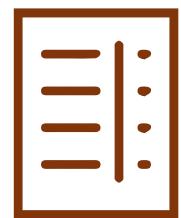
NC: Somente usos não comerciais da obra são permitidos.

ND: Não são permitidos derivados ou adaptações da obra.



Fonte: Adaptado pela autora deste material com base no conteúdo na íntegra do site.





O sistema CC amplia o acesso democrático à informação científica, reduzindo barreiras impostas por restrições autorais tradicionais e possibilitando a circulação legal e ética do conhecimento. Essa prática fortalece a transparência, a colaboração e a construção coletiva do saber, ao mesmo tempo em que preserva a autoria e o esforço intelectual. Assim, como observa Targino (2007), trata-se de um modelo que promove um ambiente mais inclusivo e acessível para a ciência.

Em síntese, compreender e aplicar corretamente os princípios de citação, direitos autorais e licenciamento é essencial para padronizar, facilitar e orientar a escrita acadêmica, garantindo não apenas a proteção ao criador, mas também o equilíbrio entre **proteção** e **circulação do conhecimento** (Wachowicz; Costa, 2016).

Baseado em Targino (2007), Krokoscz (2015) e Wachowicz e Costa (2016)

A **citação** e a **referenciação** corretas propiciam reconhecer formalmente as contribuições de outros pesquisadores, prevenindo o plágio e fortalecendo a confiabilidade da produção científica. Mais do que uma exigência técnica, compreender e aplicar adequadamente os direitos autorais (*Copyright*), as licenças abertas e as normas de citação representam uma prática ética indispensável para assegurar a integridade, a transparência e a circulação responsável da informação no meio acadêmico.

A **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)** é a entidade responsável pela elaboração das Normas Brasileiras (NBR), utilizadas para padronizar e orientar práticas em diversos setores, incluindo a produção acadêmica, assegurando rigor técnico e reconhecimento nacional e internacional. Alguns exemplos práticos das normas mais comumente utilizadas e exigidas na universidade podem ser observados nas NBRs aplicadas à produção acadêmica, tais como:

| | | | |
|---|--|---|--|
| NBR 14724 Trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses). | NBR 10520 Citações (diretas, indiretas e citação de citação/apud). | NBR 6023 Referências (elementos essenciais e complementares). | NBR 6022 Artigo científico. |
| NBR 15287 Projeto de pesquisa. | NBR 6027 Sumário. | NBR 6028 Resumo, resenha e recensão | NBR 6024 Numeração progressiva das seções. |



Além das normas nacionais, utilizam-se também:

APA

(American Psychological Association):

voltada para áreas como Psicologia, Educação e Ciências Sociais;

Vancouver

Amplamente adotada nas Ciências da Saúde, com foco em citações e referências.



O acesso às NBRs pode ser solicitado pela comunidade acadêmica da UFS por meio do vínculo institucional.

A utilização de ferramentas de padronização e formatação das produções acadêmicas na universidade contribui para coibir más práticas científicas, uma vez que estabelece critérios de uniformidade, transparência e rastreabilidade na produção do conhecimento. Contudo, tais mecanismos não são suficientes para eliminar integralmente as ocorrências de fraudes, pois estas não se limitam às questões normativas ou formais, mas estão diretamente relacionadas às condutas éticas do pesquisador e ao contexto acadêmico em que ele está inserido. Dessa forma, a integridade científica depende tanto do cumprimento das normas institucionais quanto do compromisso individual com os valores éticos que sustentam a ciência.



4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ÉTICA E INTEGRIDADE CIENTÍFICA NA UFS

Diante da expansão e consolidação das discussões sobre ética e integridade científica no cenário nacional e internacional, a Universidade Federal de Sergipe vem adotando mecanismos e ações que contribuem para a construção de uma cultura acadêmica pautada em princípios éticos e científicos. Este Guia foi elaborado justamente para reunir, em um único documento, informações sobre normas, materiais e iniciativas já existentes na instituição, oferecendo acesso facilitado à comunidade acadêmica.

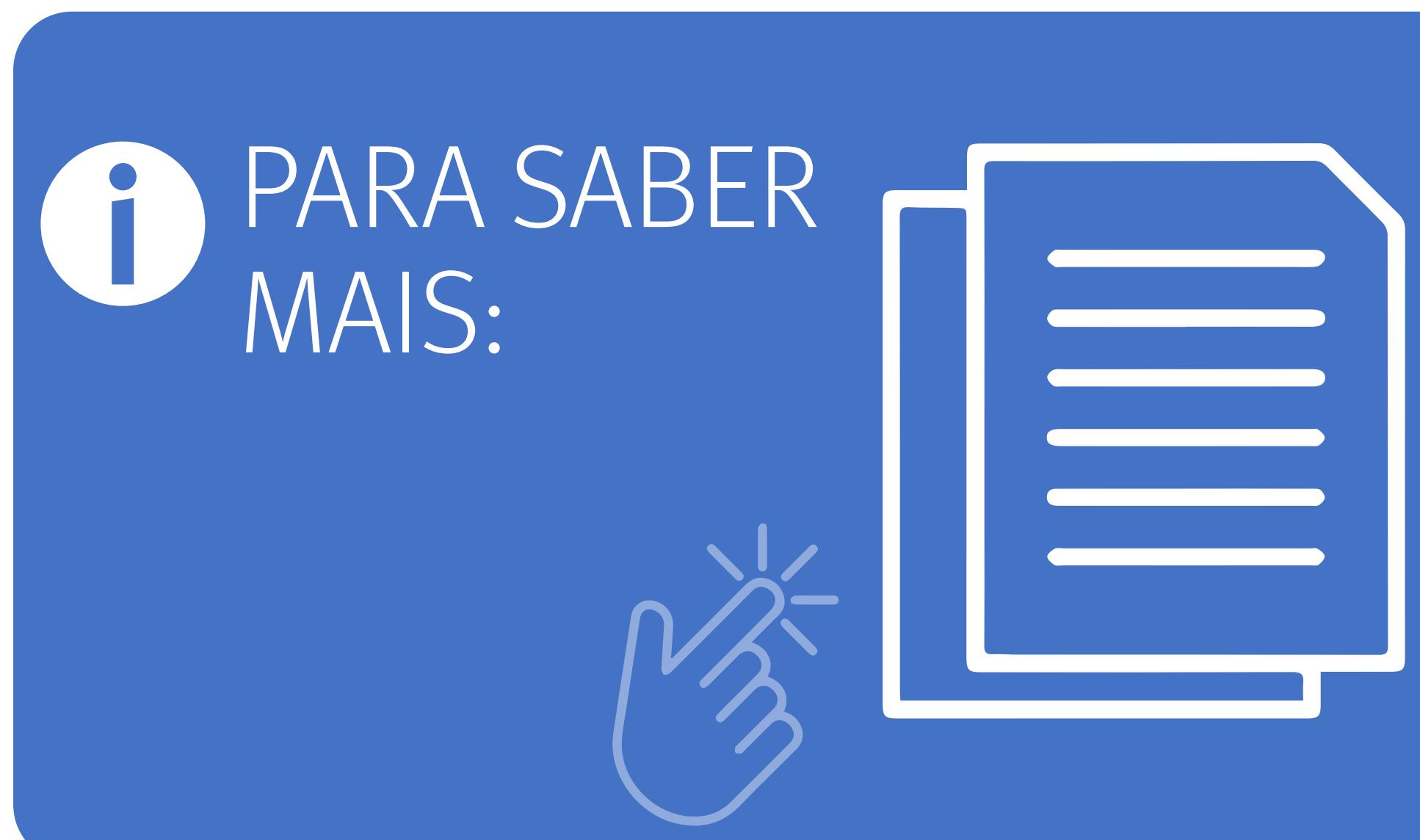
A proposta é regulamentar boas condutas científicas para conscientizar, educar e prevenir condutas antiéticas, fortalecendo a confiança na produção científica desenvolvida na UFS. Em tempos de cultura digital, hipermídia e tecnologias avançadas aplicadas à pesquisa e à escrita, consolidar boas práticas éticas não apenas protege a credibilidade da ciência, mas também promove um ambiente formativo mais íntegro, responsável e socialmente comprometido.

Ações institucionais:

4.1 RESOLUÇÃO Nº 09/2016/CONEPE - Define normas para responsabilização pela prática de plágio acadêmico no âmbito da Universidade Federal de Sergipe

A Resolução Nº 09/2016 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFS (CONEPE/UFS) estabelece as normas para a responsabilização pela prática de plágio acadêmico no âmbito da Universidade Federal de Sergipe. Esse documento regulamentar oferece diretrizes essenciais para que pesquisadores e estudantes conduzam suas atividades acadêmicas de forma ética, evitando práticas de plágio.

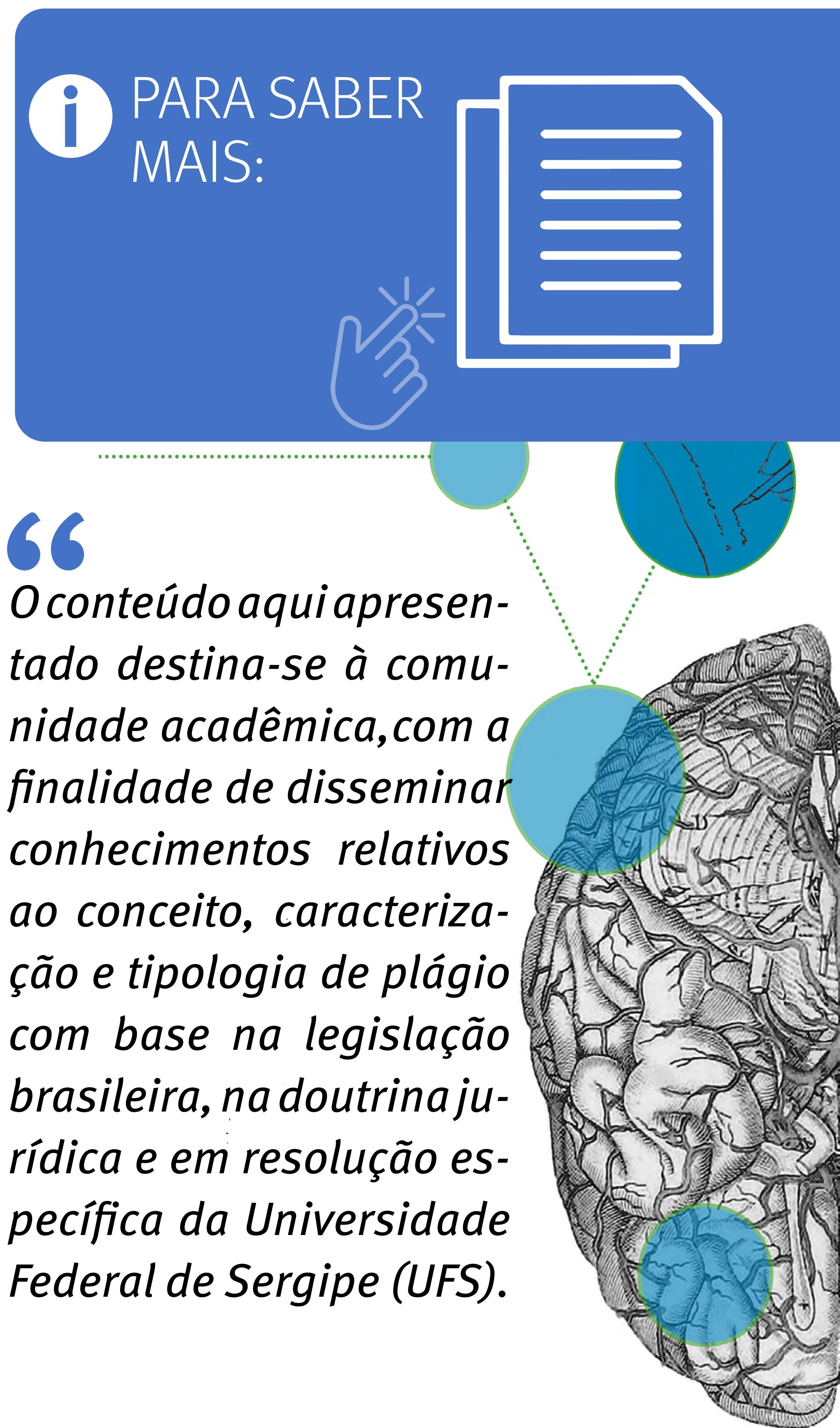
O texto normativo descreve os diferentes tipos de plágio, orienta sobre como preveni-los e destaca a importância da correta atribuição de autoria e do uso adequado das referências em qualquer trabalho acadêmico ou científico. Atualmente, é com base nessa resolução que as comissões competentes da UFS se reúnem para analisar, discutir e deliberar sobre casos de má conduta acadêmica, assegurando transparência, justiça e integridade no processo formativo.





4.2 CARTILHA “UFS NA PELEJA CONTRA O PLÁGIO!”

Essa cartilha integra o conjunto de materiais educativos da campanha **UFS na Peleja contra o Plágio!**, submetida ao **Edital Proex Raex nº 04/2019** e coordenada pela Prof.^ª Dr.^ª Renata Ferreira Costa Bonifácio (DLEV/PPGCI/UFS). O material apresenta, de forma acessível e dinâmica, os principais tipos de plágio acadêmico, acompanhados de exemplos práticos e orientações para preveni-los. Além disso, reforça a importância do uso correto das normas científicas, destacando que a escrita ética e responsável fortalece a credibilidade da pesquisa e contribui para a consolidação de uma cultura de integridade acadêmica.





Além da cartilha, foram produzidos cartazes sobre os tipos de plágio

Para ampliar o alcance da divulgação da campanha **UFS na Peleja contra o Plágio!**, os cartazes foram compartilhados no perfil da Coordenação de Pesquisa (COPES) no Instagram (@copes_ufs) e distribuídos nas bibliotecas dos diferentes campi da UFS.





UFS NA PELEJA CONTRA O PLÁGIO



✖ Plágio indireto

Tem pessoas por aí
Que faz tudo escondido
Muda aqui ou ali
Usa sinônimo ou apelido
Pra disfarçar a ideia do amigo

É mais fácil roubar ideia
Que botar a cabeça pra pensar
Mas plagiar é coisa séria
E vai te prejudicar

Pare e pense um pouco
Olhe por outro ângulo
Não pegue a ideia do outro
Isso vai dar um escândalo.



UFS NA PELEJA CONTRA O PLÁGIO



✖ Plágio parcial

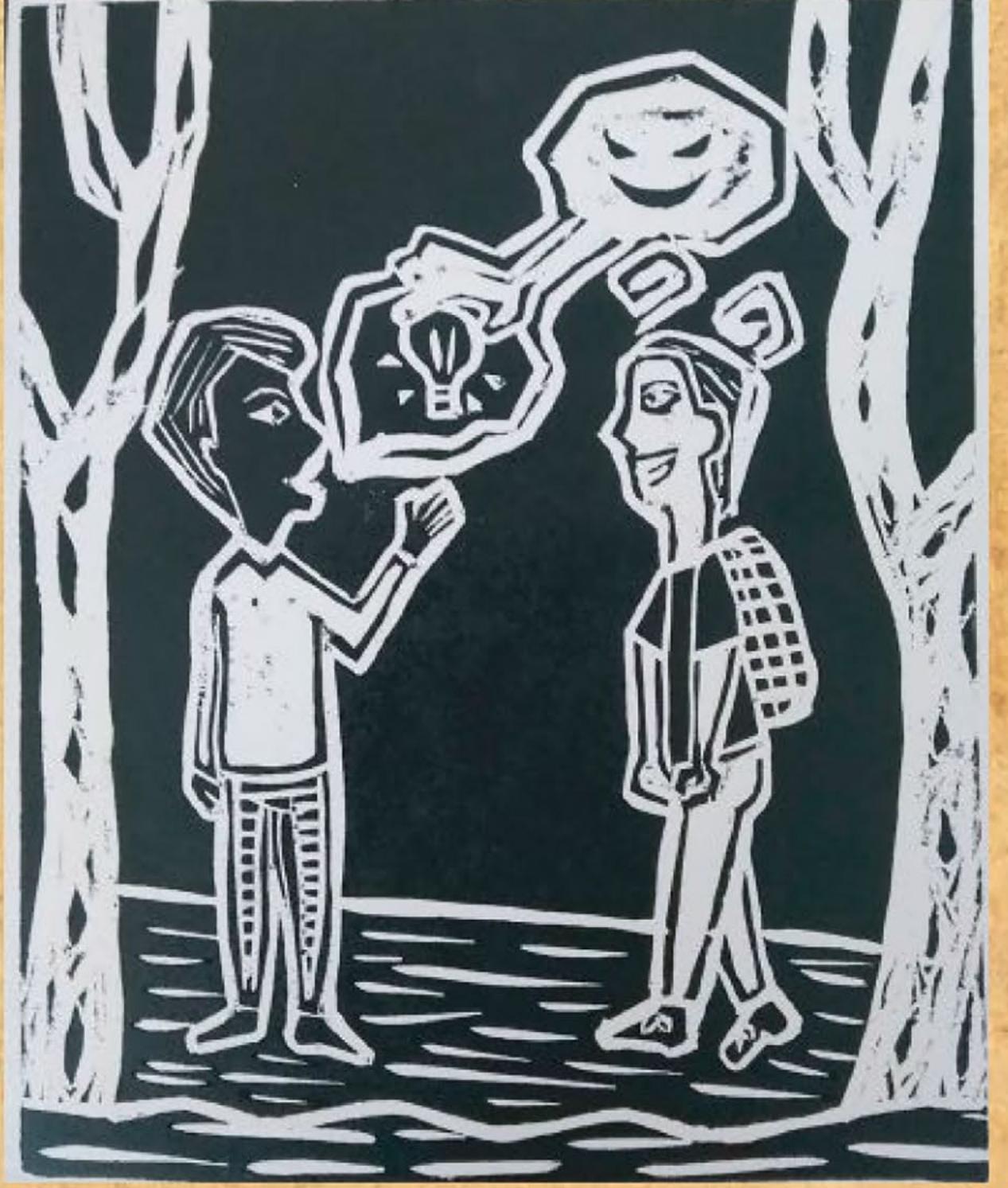
Tem trabalhos por aí
Que tem plágio sim senhor
Pega uma parte dali
E diz que é o criador

Mesmo que não seja completa
Isso é plagiar a obra do colega
Mesmo que de forma discreta
Ainda pode ser descoberta

Tem muitos sites por aí
Que ensinam sim senhor
Como dizer que pegou dali?
É só citar a obra e o autor.



UFS NA PELEJA CONTRA O PLÁGIO



Plágio de fontes

Tem pessoas
Que tem mentes tão boas
Mas não querem ter trabalho
E pegam as referências do colega ao lado

Preferem usar pontes
Que usar as próprias fontes
E não percorrem sua estrada
Terminam o trabalho
Mas não aprendem nada

Melhor que a facilidade
É a qualidade
Você tem capacidade
Use sua criatividade!





4.3 SOFTWARE TURNITIN SIMILARITY – FERRAMENTA DE VERIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE TEXTUAL

Desde setembro de 2022, a UFS, por meio da Coordenação de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (COPES/POSGRAP), adquiriu a ferramenta de verificação de similaridade textual *Turnitin Similarity*, como parte das ações de promoção da ética e da integridade científica.

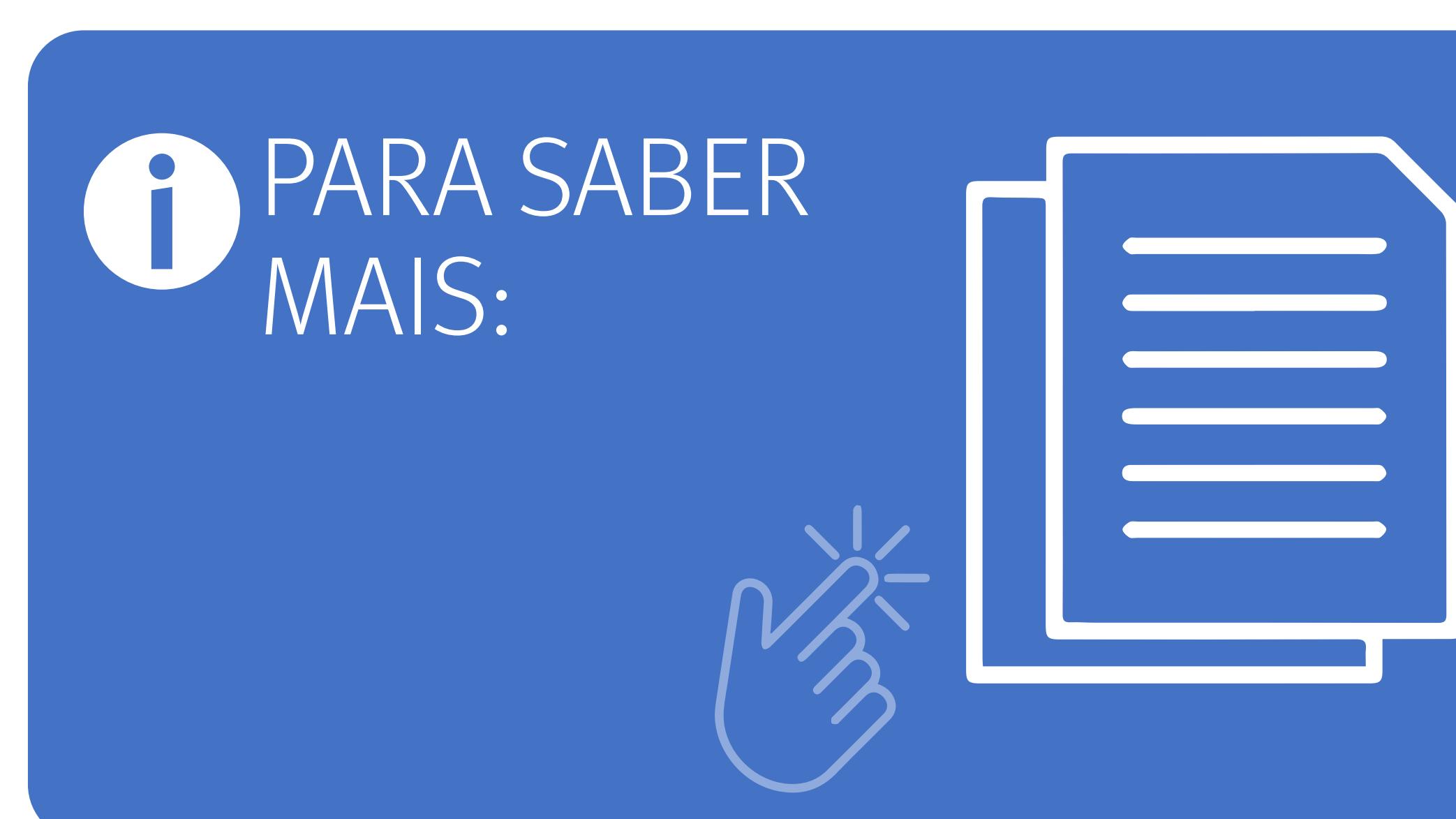
A gestão do software é realizada pela COPES com o apoio de outras unidades da mesma pró-reitoria, incluindo a Coordenação de Pós-Graduação (COPGD) e a Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia - AGITTE/UFS, assim como o Sistema de Bibliotecas (SIBIUFs).

A ferramenta identifica similaridades e manipulações textuais, comparando os trabalhos submetidos a uma ampla base de dados (mais de 91 bilhões de páginas da web, 1,4 bilhão de trabalhos e 170 milhões de artigos). Seu relatório de similaridade auxilia os pesquisadores na detecção de citações incorretas, manipulação de informações e possíveis plágios em diferentes tipos de produções acadêmicas, promovendo o rigor científico (COPES, 2024).

O acesso à ferramenta está disponível para docentes, bibliotecários e técnicos da UFS, que recebem instruções de configuração por e-mail. Quem ainda não possui cadastro deve solicitá-lo pelo endereço integridadeacademica@gmail.com, informando nome completo, departamento e e-mail institucional. O sistema pode ser acessado em ufs.turnitin.com.

Para auxiliar o uso da ferramenta, a COPES disponibiliza um tutorial em PDF (mostrado na imagem acima), acessível por meio de QR Code.

O cadastro direto é restrito a docentes, bibliotecários e técnicos, devido à limitação do pacote adquirido, o que assegura maior controle de acesso e uso responsável da ferramenta.



Após a aquisição do software, a COPES promoveu capacitações em todos os *campi* da universidade, com o objetivo de fornecer treinamento para o uso efetivo da ferramenta.



4.4 Instrução normativa sobre o *Turnitin Similarity* na Pós-Graduação

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCI/UFS)

A partir da aquisição e disponibilização de acesso ao *Turnitin Similarity* pela UFS, o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) destacou-se como pioneiro, em 2024, ao instituir uma instrução normativa que tornou obrigatório o uso do *Turnitin Similarity* nas atividades acadêmicas do programa.

Essa instrução exige dos discentes a apresentação do relatório de similaridade de seus trabalhos de qualificação e de defesa de dissertações e teses.

Art. 1º. O Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) estabelece como obrigatória a entrega do relatório de similaridade produzido pelo Turnitin Similarity para o requerimento do exame de qualificação e defesa de dissertações e/ou teses do Mestrado e Doutorado Profissional em Ciência da Informação (UFS, 2024, p. 1).

Parágrafo único. Na defesa da dissertação e/ou da tese, o relatório de similaridade deverá ser produzido para o documento de dissertação e/ou tese e para os respectivos produtos técnicos finais (UFS, 2024, p. 1).



Por meio dessa iniciativa, o PPGCI reafirma seu compromisso com a ética e a integridade na pesquisa, orientando, educando e conscientizando os discentes sobre as boas práticas científicas. Além de consolidar essa cultura na pós-graduação, a medida serve como referência para que outros programas elaborem suas próprias instruções normativas. Esse movimento reforça a relevância da aquisição da ferramenta pela COPES/POSGRAP e evidencia o papel da UFS na construção de uma comunidade acadêmica unida em prol do fortalecimento da pesquisa científica ética e responsável.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS APLICADAS À SAÚDE (PPGCAS)

O Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCAS), em 2024, também elaborou sua própria instrução normativa com o propósito de assegurar maior rigor e qualidade na produção científica, reforçando a integridade e a credibilidade dos trabalhos desenvolvidos.

Essa instrução estabelece:

Art. 3º [...] relatório de detecção de similaridade, manipulação textual e IA emitido pelo Turnitin ou outra ferramenta disponibilizada pela UFS; IV) declaração do discente quanto a ausência de similaridade, manipulação textual e IA (Apêndice 2) e; V) comprovante de submissão do artigo juntamente ao artigo submetido na íntegra (UFS, 2023, p. 1)

De forma articulada, cada programa de pós-graduação vem consolidando ações em prol da ética e da integridade, fortalecendo, no âmbito da Universidade, o compromisso com uma ciência responsável e socialmente comprometida.



PARA SABER
MAIS:



NOTA DE ESCLARECIMENTO

Ressalta-se que as ações educativas mencionadas configuram iniciativas pontuais. Até o momento, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) não dispõe de uma comissão específica, nem de uma política institucional consolidada que regulamente, de forma obrigatória, a adoção dessas iniciativas pela comunidade acadêmico-científica. Assim, ainda não há uma normatização institucional que assegure a responsabilidade coletiva no cumprimento dos princípios e condutas de ética e integridade científica de modo geral.

Foto: Adilson Andrade
- Ascom/UFS





5 ÉTICA NO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NA PESQUISA E NA ESCRITA CIENTÍFICA

A IA é uma esfera de práticas, estudos e pesquisas centradas em máquinas que imitam a inteligência humana. Essas máquinas têm capacidade de replicar comportamentos, solucionar uma ampla gama de problemas genéricos e específicos, e desempenhar tarefas originalmente realizadas por humanos, adquirindo e aplicando conhecimentos aprendidos. (Boa Sorte, 2024, p. 22).

As ferramentas de **IA Generativa** (como *ChatGPT*, *Gemini*, *Copilot* e outras) estão transformando a forma de produzir conhecimento acadêmico, oferecendo apoio em tarefas como revisão de texto, geração de ideias e organização de informações. Contudo, seu uso no meio acadêmico exige **reflexão ética** para garantir que não substituam a autoria humana, não comprometam a originalidade do trabalho e respeitem os princípios de integridade científica.

AUTORIA E RESPONSABILIDADE

A IA não pode ser considerada autora de trabalhos acadêmicos. A responsabilidade intelectual, científica e ética é sempre do pesquisador.

Exemplo: um artigo científico não deve listar *ChatGPT* como coautor, mas pode mencionar que a ferramenta foi utilizada para apoio em revisão textual, evidenciando que a transparência é princípio basilar.

ORIGINALIDADE E PLÁGIO

Produções geradas por IA podem reproduzir conteúdos já existentes, inclusive sem citar a fonte, o que pode configurar plágio. Assim, o pesquisador deve validar, revisar e reescrever o conteúdo sugerido pela ferramenta.

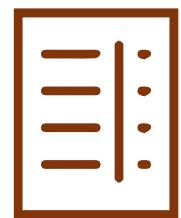
FIDEDIGNIDADE DAS INFORMAÇÕES

Modelos de IA podem gerar respostas com erros factuais, vieses ou “alucinações”. Desta forma, o pesquisador deve sempre verificar as informações em **fontes confiáveis**.

TRANSPARÊNCIA E BOAS PRÁTICAS

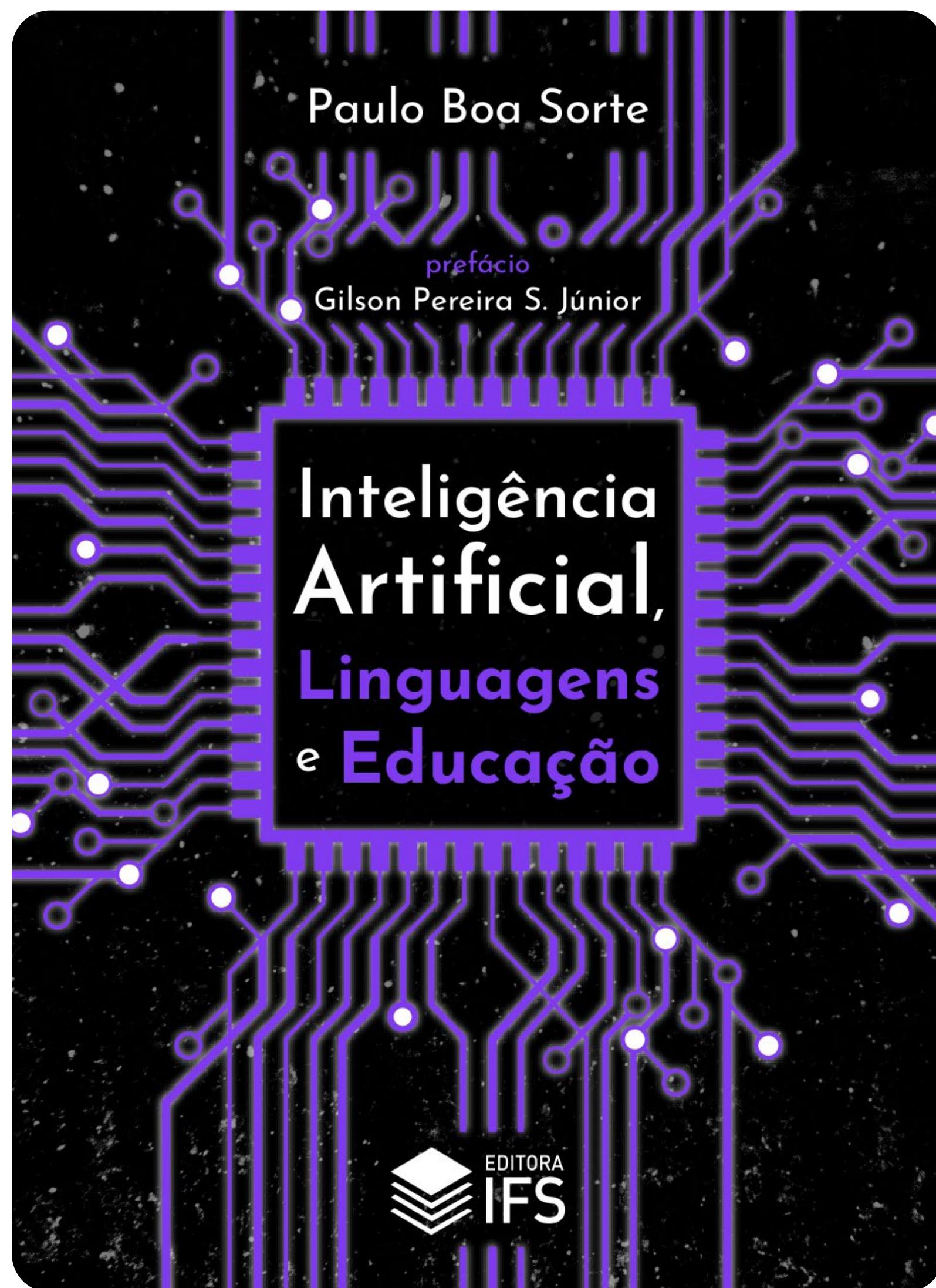
É fundamental declarar sempre o uso de IA, especialmente em pesquisas e publicações. Algumas revistas já exigem que autores informem, em seção específica, se utilizaram ferramentas de IA, quais foram e para qual finalidade no processo de escrita ou análise.

Baseado em Krokoscz (2015) e Boa Sorte (2021)

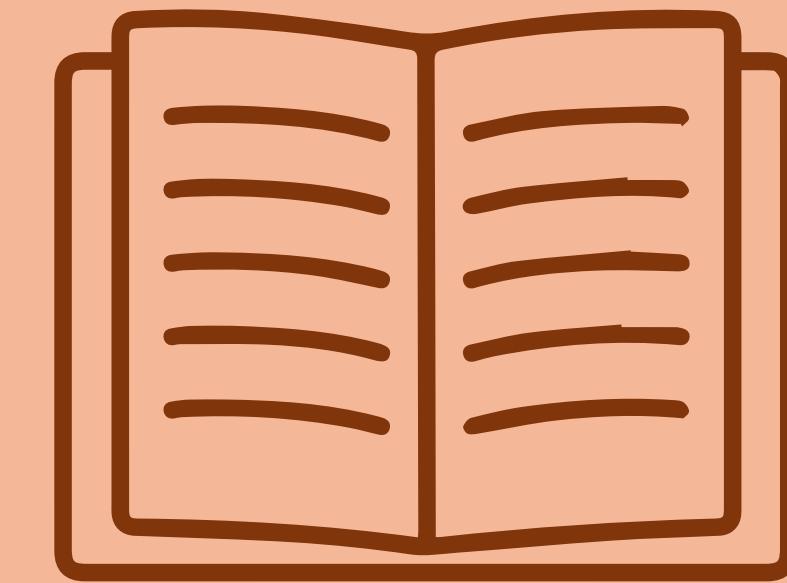


Na UFS, pesquisadores também investigam a Inteligência Artificial e suas relações com a educação, a produção científica e a escrita, como é o caso do Grupo de Estudos e Pesquisas Tecnologias, Educação e Linguística Aplicada (TECLA)².

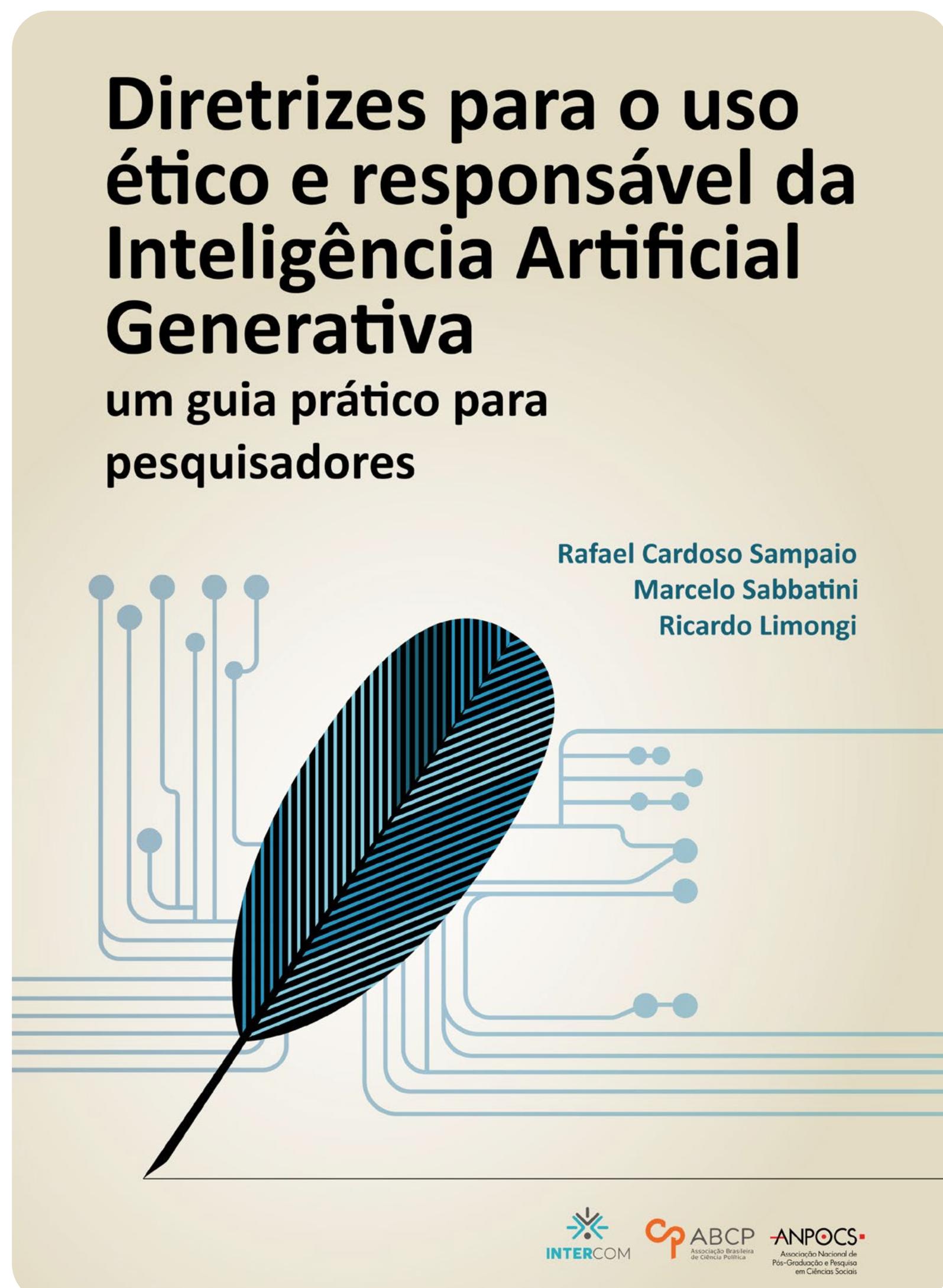
A obra, em linguagem acessível, apresenta discussões sobre temáticas atuais relacionadas à Inteligência Artificial Generativa (IAGen) no campo das linguagens e da Educação, áreas indispensáveis para a comunicação humana e para a construção do conhecimento. Ao mesmo tempo, reforça a importância de uma reflexão crítica diante dos desafios éticos e educativos impostos pelas transformações tecnológicas, destacando o papel central que a Educação desempenha nesse cenário de constantes mudanças.



i Baixe o e-book gratuitamente:



Outro e-book de extrema importância é o “Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa”, elaborado por Rafael Cardoso Sampaio, Marcelo Sabbatini e Ricardo Limongi, com o apoio da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), em 2024.



i Baixe o e-book gratuitamente:



² O TECLA desenvolve pesquisas em níveis de Iniciação Científica, nos cursos de licenciatura em Letras Português-Inglês e Letras-Inglês; mestrado, doutorado e pós-doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). A linha de pesquisa à qual o grupo se filia é “Tecnologias, Linguagens e Educação”.



O *hype* em torno das IAGen tem potencializado debates sobre seu acesso e uso na ciência. Mais do que um modismo tecnológico, essas ferramentas têm estimulado reflexões profundas sobre a produção, a comunicação e a avaliação do conhecimento. Nesse contexto, a universidade enfrenta o desafio de conciliar inovação e responsabilidade ética, promovendo práticas que integrem o potencial criativo e metodológico da IA à preservação da integridade científica. Dessa forma, a discussão sobre IAGen na academia vai além da dimensão técnica, assumindo um caráter formativo e exigindo que instituições, docentes e discentes adotem uma postura crítica, transparente e responsável diante das transformações em curso.

5.1 Curiosidades sobre o uso correto da IA na escrita

NA GRADUAÇÃO

Organização de ideias:
utilização de IA para sugerir tópicos ou estruturas de capítulos, sem copiar integralmente o conteúdo gerado.

Apoio à escrita:
utilização de IA para revisão linguística (coesão e coerência textual) em trabalhos acadêmicos (TCC, relatórios de pesquisa).

Aprendizado das normas:
apoio no aprendizado e aplicação de normas de citação e referenciamento (ex.: ABNT, APA, VANCOUVER), sempre verificando as informações em documentos oficiais.



NA PÓS-GRADUAÇÃO

Apoio metodológico:

utilização de IA para identificar possíveis métodos de pesquisa ou técnicas de análise de dados, que depois devem ser avaliados pelo pesquisador e orientador.

Revisão crítica:

apoio na detecção de redundâncias, inconsistências e melhorias de estilo em artigos, dissertações ou teses.

Exploração bibliográfica inicial:

utilização para identificar conceitos-chave, autores e correntes teóricas, sempre confirmando as informações em bases científicas oficiais (Scopus, Web of Science, SciELO).

Preparação de divulgação científica:

auxílio na adaptação da linguagem do trabalho para apresentações, pôsteres ou resumos destinados a eventos.

Em ambos os níveis:

- A utilização da IA deve ser **transparente** (declarar seu uso).
- O pesquisador continua sendo **responsável pelo conteúdo final**.
- O uso ético se dá quando a ferramenta é **apoio** para aprendizado, organização e revisão – não quando substitui análise, interpretação ou autoria.



6 PANORAMA NACIONAL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS COM GUIAS DE ÉTICA E INTEGRIDADE CIENTÍFICA

Com o objetivo de subsidiar a elaboração do *Guia de Ética e Integridade Científica* da UFS e mapear a atuação das universidades federais brasileiras nesse campo, realizou-se um levantamento exploratório nos sites institucionais das 69 instituições existentes, nos anos 2024 e 2025. Os resultados mostram que apenas nove universidades dispõem de guias ou códigos específicos voltados à ética e integridade científica. Observa-se a ausência desses documentos nas regiões Norte e Nordeste, enquanto a região Sul concentra cinco universidades com guias consolidados (UFRGS, UFPEL, FURG, UFPR e UFSC); o Sudeste apresenta três (UNIFESP, UFSCAR e UFLA) e o Centro-Oeste, apenas uma (UFG), que conta com dois guias. Essa escassez evidencia a relevância estratégica desses instrumentos, especialmente diante de desafios emergentes como o uso indevido da Inteligência Artificial na pesquisa acadêmico-científica, que demanda posicionamentos institucionais claros em uma sociedade cada vez mais hiperconectada.

| | | | |
|--------------|-------------------|--|--|
| NORTE | | Até o momento deste levantamento, em 2025, nenhuma universidade dessas duas regiões (Norte e Nordeste) possuía um documento orientador. | Obs.: A partir desta pesquisa, a UFS passará a ter um guia de ética e integridade científica, como uma iniciativa individual que partiu de uma mestrandade de um programa de pós-graduação da UFS, o PPGCI. |
| NORDESTE | | | |
| SUDESTE | SÃO PAULO | Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR | |
| | MINAS GERAIS | Universidade Federal de Lavras – UFLA | |
| SUL | RIO GRANDE DO SUL | Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS Universidade Federal de Pelotas – UFPEL Universidade Federal do Rio Grande – FURG | |
| | PARANÁ | Universidade Federal do Paraná – UFPR | |
| | SANTA CATARINA | Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC | |
| CENTRO-OESTE | GOIÁS | Universidade Federal de Goiás – UFG (PRPI ; PPGE) | |





7 ORIENTAÇÕES ÉTICAS E CIENTÍFICAS NA GRADUAÇÃO

Ao ingressar na universidade, o estudante vivencia experiências significativas e passa a se deparar com práticas acadêmicas até então pouco vistas. Nesse contexto, compreender como agir, onde buscar informações confiáveis e quais condutas adotar torna-se essencial para que a vida acadêmica seja conduzida de maneira consciente, orientada e responsável.

Nos primeiros anos de formação, é comum o contato com novos gêneros textuais e acadêmicos, como artigos científicos, resenhas críticas, relatórios e monografias. Esse processo exige não apenas adaptação, mas o desenvolvimento de competências críticas ligadas à leitura, escrita, uso ético da informação e observância das normas de integridade que sustentam a vida universitária.

Desde o início do curso, é fundamental que o estudante vá além das informações básicas disponibilizadas, como o ementário, a grade curricular e a descrição das disciplinas, e busque compreender as diretrizes institucionais que orientam a conduta acadêmica. Conhecer regulamentos, normas e códigos de ética, a atuação dos Comitês de Ética - para pesquisas com seres humanos ou animais - bem como valorizar práticas de honestidade intelectual e autoria responsável, essas atitudes devem se tornar parte primordial do percurso formativo.

Ao longo de toda a graduação, espera-se que o estudante compreenda que ética e integridade não se restringem a momentos pontuais, mas constituem princípios que devem nortear a produção de conhecimento, as interações dentro da comunidade acadêmica e a preparação para a vida profissional e/ou científica.

Na UFS, os órgãos regulamentadores pela regulamentação, orientação e fiscalização das atividades acadêmico-científicas, garantindo a promoção da integridade científica, aos quais os alunos podem recorrer para consultas e orientações, são:

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

Atua na coordenação geral dos cursos de graduação da UFS e é responsável pelo controle e execução de atividades relacionadas com a administração acadêmica da UFS, pelo acompanhamento qualitativo das atividades de ensino em nível de graduação, tendo em vista o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem e sua compatibilização com a política da Universidade Federal de Sergipe (Relatório de Gestão, 2025).





7.1 O que o aluno de graduação deve conhecer logo no início

- Regimento Interno do Curso – reúne as normas gerais de funcionamento e organização do curso.
- Instruções Normativas do Departamento – orientam sobre procedimentos internos, incluindo regras acadêmicas, prazos e a padronização de trabalhos e produções científicas de acordo com as normas institucionais.

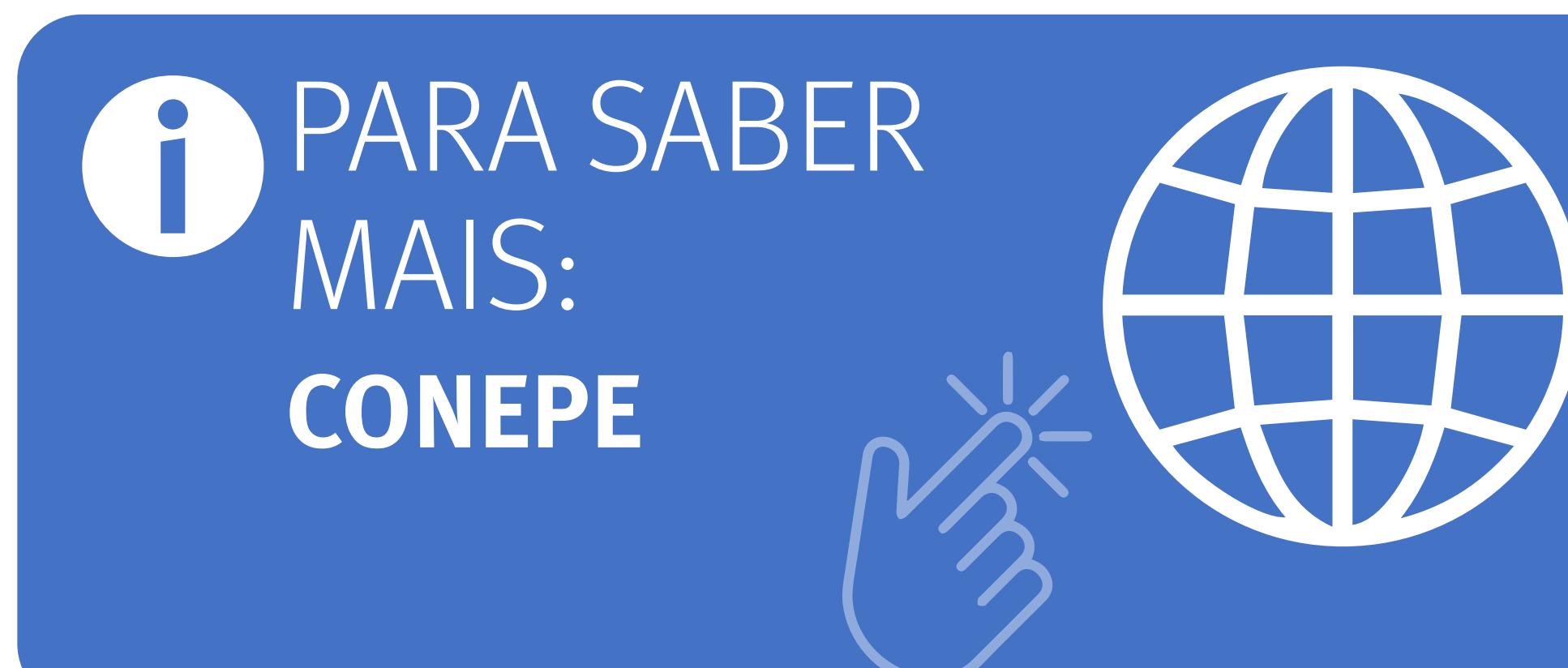
CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU)

O Conselho Universitário (CONSU) é o órgão máximo da Universidade, com funções normativas, consultivas e deliberativas. Sua relevância estende-se para além da gestão administrativa e política universitária, alcançando também a promoção da ética e da integridade científica. Ao aprovar regulamentos, diretrizes e políticas institucionais, o CONSU garante que a produção acadêmica esteja alinhada a princípios de responsabilidade, transparência e rigor científico. Dessa forma, fortalece a credibilidade da instituição e assegura que suas pesquisas contribuam de maneira ética e confiável para o avanço do conhecimento.



CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONEPE)

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE) é um órgão superior da UFS, de natureza normativa, consultiva e deliberativa, responsável por estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Sua atuação garante a articulação entre essas três dimensões fundamentais da universidade, assegurando a qualidade acadêmica e o alinhamento às políticas institucionais.



COORDENAÇÃO DE PESQUISA (COPES)

A Coordenação de Pesquisa da universidade é responsável por gerir e acompanhar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e outros editais e eventos correlatos.



Esse setor atua não apenas na concessão de bolsas, mas também na promoção de práticas de pesquisa responsáveis, no estímulo à produção acadêmica de qualidade e na formação inicial de pesquisadores comprometidos com a ética e a integridade científica. Assim, compreender a função da Coordenação de Pesquisa auxilia o estudante a se integrar mais rapidamente às oportunidades institucionais, ampliando sua experiência acadêmica e fortalecendo seu percurso formativo.



7.2 Condutas éticas e antiéticas na Graduação

A seguir, apresenta-se um exemplo prático de má prática científica no cotidiano universitário, caso da cópia de trechos de trabalhos de terceiros sem a devida citação. Na sequência, indica-se a conduta esperada e como pequenas escolhas no processo de escrita e pesquisa impactam diretamente a integridade da pesquisa e fortalecem a formação acadêmica.

Exemplo 1: Plágio DIRETO

Elaborar um relatório de estágio para apresentar ao professor, como parte das atividades obrigatórias e copiar integralmente trechos de um artigo sem indicar a fonte, e acreditar que “todo mundo faz isso” e que não terá problemas.

Das três condutas abaixo, qual seria a conduta correta??

- a** | Reescrever com suas próprias palavras e citar a fonte utilizada.
- b** | Antes o texto copiado, já que o professor talvez não perceba.
- c** | Ignorar, pois não se trata de um trabalho final de curso.

CONDUTA ESPERADA

A atitude correta é citar a fonte utilizada. Corrigir a conduta antiética permite a reflexão sobre o erro e compreensão de que recorrer a esse tipo de atalho pode gerar consequências negativas, não apenas para sua avaliação imediata, mas também para seu aprendizado e formação acadêmica



Exemplo 2: Falsificação de referências

Em uma situação de pedir à IA uma lista de referências para sua dissertação, o sistema gerará fontes aparentemente reais, mas que não existem, sem verificar, e então você decide inserir essas referências no seu trabalho.

Das três condutas abaixo, qual seria a conduta correta?

- a** | Conferir cada referência em bases confiáveis (Scielo, periódicos CAPES, *Google Scholar*) antes de incluir no trabalho.
- b** | Confiar no que a IA apresentou, pois o texto parece convincente.
- c** | Ignorar as referências, já que “poucos leem a bibliografia completa”.

CONDUTA ESPERADA

Você deve verificar todas as referências em bases acadêmicas confiáveis. Inserir citações falsas compromete a credibilidade de seu trabalho e caracteriza má conduta científica.

Exemplo 3: Tradução automática sem revisão

Utilizar a IA para traduzir o resumo do seu artigo para o inglês, mas entregar o texto sem revisar. A tradução apresenta erros conceituais e termos técnicos incorretos, prejudicando a clareza do trabalho.

Das três condutas abaixo, qual seria a conduta correta?

- a** | Revisar criticamente a tradução, ajustando termos técnicos e conferindo o sentido do texto.
- b** | Confiar integralmente na tradução da IA, já que “ninguém vai perceber os detalhes”.
- c** | Usar a IA e não mencionar que o artigo foi traduzido automaticamente.

CONDUTA ESPERADA

Utilizar a IA apenas como ferramenta auxiliar. É indispensável revisar cuidadosamente todo o conteúdo traduzido, assegurando que a versão final mantenha precisão conceitual e rigor científico. A responsabilidade pela qualidade do texto é sempre do(a) pesquisador(a).



Exemplo 4: Produção de TCC sem esforço próprio

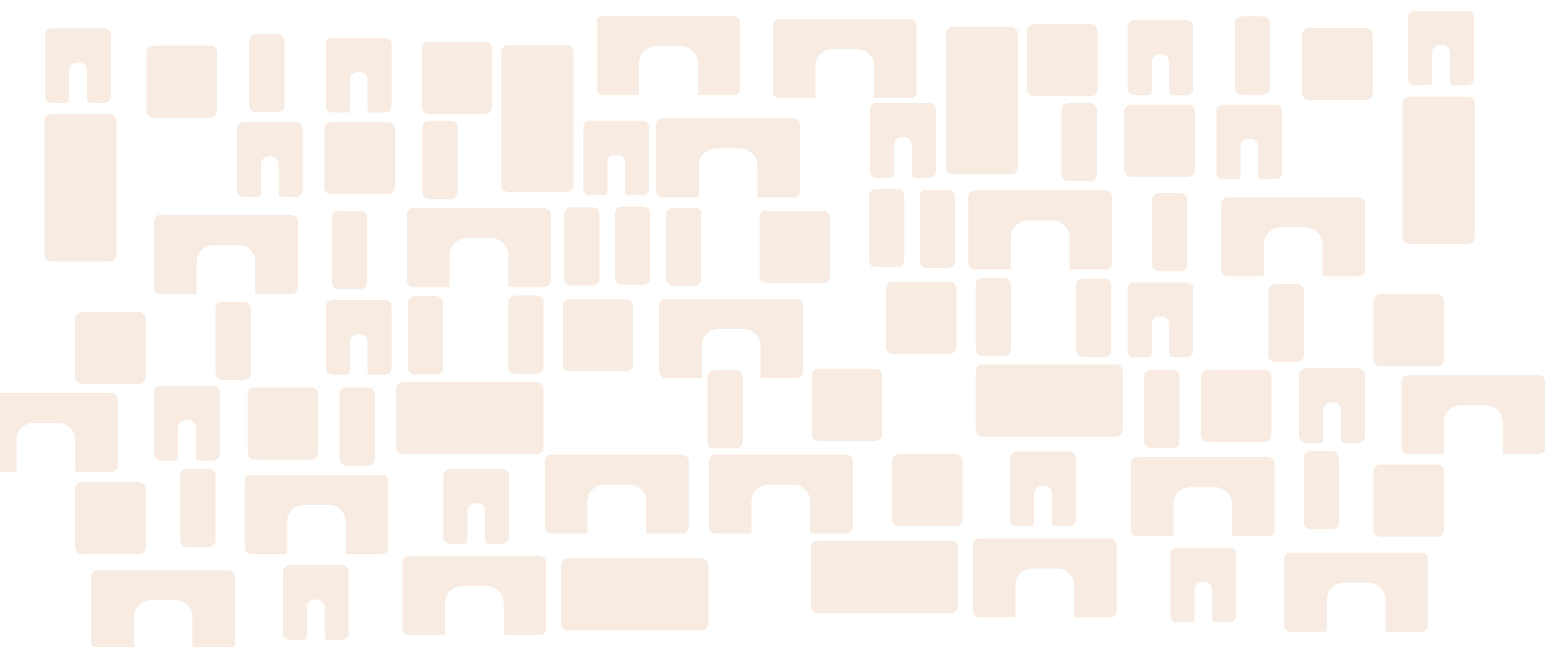
Pedir à IA para escrever o seu TCC inteiro, desde a introdução até a conclusão, e entregar o texto como se fosse fruto de sua pesquisa.

Das três condutas abaixo, seria a conduta correta de João?

- a |** Usar a IA como apoio, mas realizar sua própria pesquisa, redação e análise crítica.
- b |** Manter a versão feita pela IA e apresentar como sua.
- c |** Descartar totalmente o uso da IA, pois nunca é permitido utilizá-la na universidade.

CONDUTA ESPERADA

Usar a IA como apoio, mas realizar de fato sua pesquisa, redigir seu texto e analisar os resultados. O uso da IA não substitui a autoria, a reflexão crítica e o aprendizado individual.





8 ORIENTAÇÕES ÉTICAS E CIENTÍFICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

A pós-graduação ocupa um espaço estratégico na formação de pesquisadores, professores e profissionais altamente qualificados, sendo também uma das fases acadêmicas mais comprometidas com a ética e a integridade científica. Nesse nível de ensino, a responsabilidade com a produção do conhecimento é ampliada, pois os trabalhos desenvolvidos impactam diretamente a reputação acadêmica da instituição e de seus pesquisadores, além de contribuírem para o avanço científico e social.

Agências de fomento e fundações de pesquisa figuram como atores centrais nesse processo, ao financiarem e acompanharem projetos que demandam credibilidade e rigor científico. Surge, então, a questão: como produzir ciência confiável e, ao mesmo tempo, respeitar os princípios que a regem?

É nesse contexto que se destacam as orientações éticas e científicas na pós-graduação, as quais devem assegurar que discentes e docentes estejam comprometidos com valores como honestidade, transparência, rigor metodológico, respeito à propriedade intelectual, responsabilidade social e cuidado com seres humanos e animais em pesquisas. Para tanto, as universidades precisam dispor de regulamentos próprios, das resoluções de seus conselhos superiores, das normativas específicas das pró-reitorias de pós-graduação e pesquisa e, sobretudo, da atuação dos comitês de ética em pesquisa, regulamentados pelas instâncias nacionais que orientam e supervisionam a ética em pesquisa no Brasil.

8.1 O que o aluno de pós-graduação deve conhecer logo no início

Ao ingressar na pós-graduação, o estudante precisa conhecer os fundamentos que irão orientar seu percurso acadêmico e científico. Para tornar esse processo mais claro, seguem algumas orientações iniciais:

- Na pós-graduação, o aluno deve estar atento a normativas e diretrizes obrigatórias que precisam ser seguidas.
- Cada programa dispõe de atividades gerais orientadas pela CAPES, como:
 - Créditos obrigatórios cumpridos por meio de disciplinas obrigatórias e optativas;
 - Atividades complementares que também contribuem para a integralização de créditos.



8.2 Documentos e normas éticas e científicas na pós-graduação

INSTRUÇÃO NORMATIVA PARA DISSERTAÇÕES E TESES: nesse documento, o programa orienta e direciona o aluno sobre como formatar e padronizar seus trabalhos acadêmicos, de acordo com normas da ABNT ou outras adotadas pela área do conhecimento.

NORMATIVAS para uso de ferramentas de verificação de similaridade textual (quando disponibilizadas pela instituição).

RESOLUÇÕES institucionais de combate ao plágio. Na UFS você pode acessar esta resolução em:

8.3 Normas externas e internas que devem ser seguidas na Pós-Graduação

Âmbito nacional (normas externas)

Os Programas de Pós-Graduação devem observar as diretrizes estabelecidas por órgãos nacionais que regulam a pesquisa e a formação acadêmica:

- | **CAPES** – Diretrizes de avaliação da pós-graduação, que incluem critérios de qualidade acadêmica, inovação, internacionalização, impacto social e, especialmente, ética e integridade científica. A CAPES exige que os PPGs implementem ações formativas (como disciplinas, cursos, oficinas e regulamentos internos) voltadas ao fortalecimento da cultura de ética na pesquisa;
- | **CNPq** – Normas de fomento e diretrizes de integridade científica;
- | **Conselho Nacional de Educação (CNE)** – Resoluções e pareceres que regulam a pós-graduação stricto sensu;
- | **Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)** – Normas aplicáveis a pesquisas que envolvem seres humanos;
- | **Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA)** – Diretrizes específicas para pesquisas com animais.



Âmbito institucional (normas internas)

No âmbito das universidades, os programas devem seguir normativas próprias, as quais reforçam a necessidade de ética e integridade em todas as etapas do processo acadêmico:

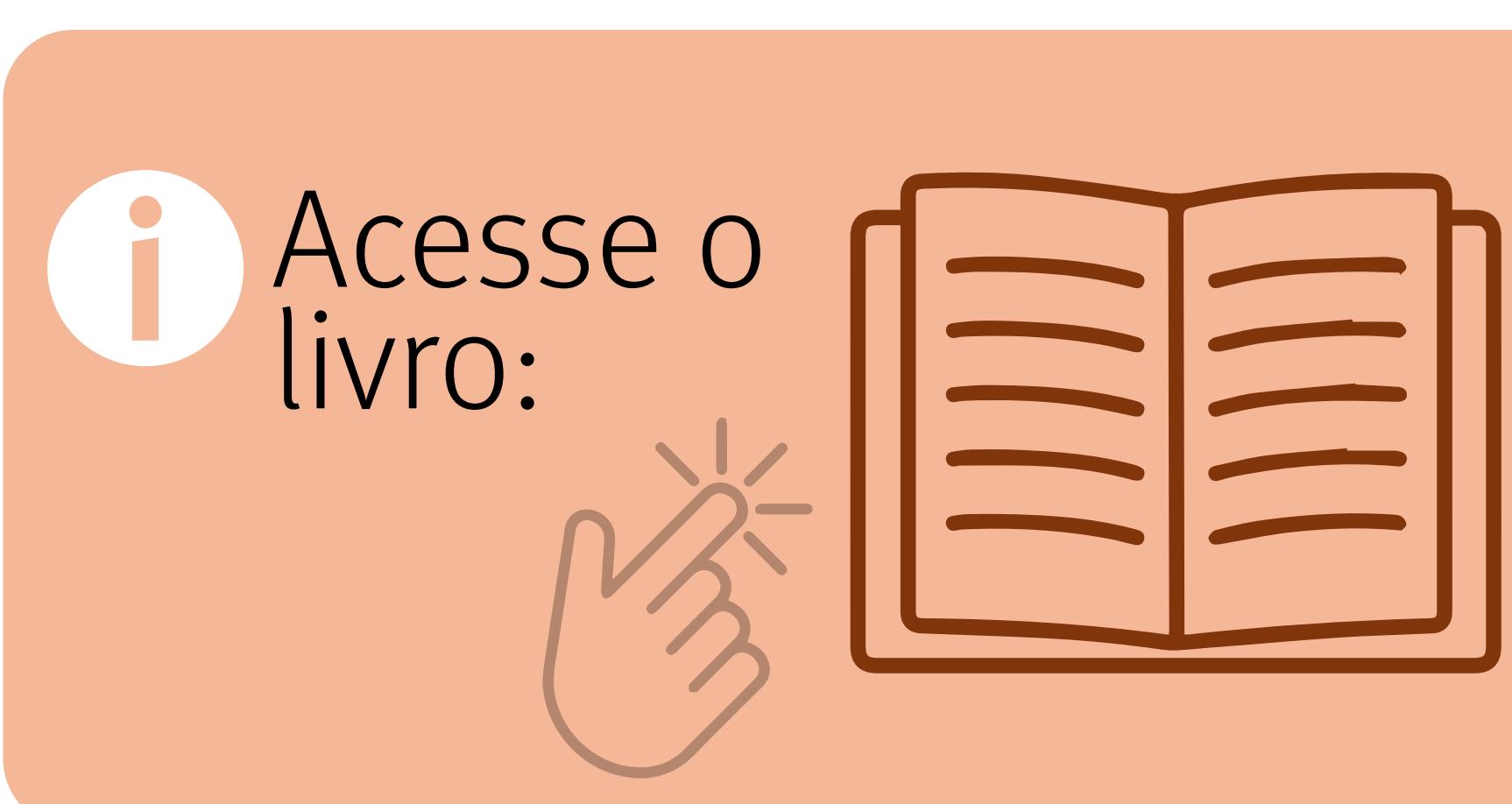
- Portarias, resoluções e instruções normativas institucionais;
- Regimento interno do Programa de Pós-Graduação, que define direitos, deveres e regras de funcionamento;
- Políticas institucionais de integridade científica, que abordam prevenção do plágio, uso ético de ferramentas digitais e boas práticas de pesquisa;
- Procedimentos do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) e/ou do Comitê de Ética no Uso de Animais.

8.4 A pressão por produtividade e seus impactos éticos

A pressão por produtividade constitui um dos principais dilemas éticos na pós-graduação, sendo impulsionada por instâncias regulamentadoras da pesquisa no Brasil, como CAPES, CNPq e Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs). Esse produtivismo acadêmico, pautado pela lógica de “publicar para não perecer”, impõe ao pesquisador a exigência de visibilidade constante e alto desempenho. Estudos indicam que tal prática é orientada não apenas por critérios científicos, mas também por mecanismos de financeirização e avaliação econômica, os quais impactam diretamente a ética e a integridade da atividade científica.

(Bianchetti; Zuin; Ferraz, 2018)

A obra “Publique, Apareça ou Pereça”³, de Bianchetti, Zuin e Ferraz, discorre sobre o fenômeno do produtivismo acadêmico, discutindo suas origens, formas de manifestação, atores envolvidos e os impactos para o conhecimento científico.



³ O livro está disponível para compra e, é possível baixar gratuitamente por meio do link <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33108/1/publique-apareca-ou-pereca%20-%20RI.pdf>.

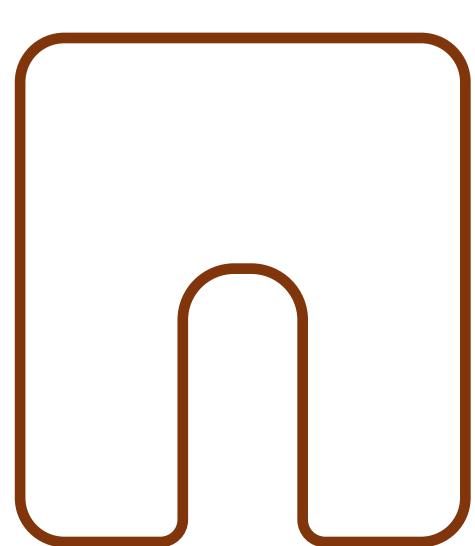


Nela, os autores destacam, de forma enfática, o mantra “publique, pereça ou apareça” para evidenciar como o “capitalismo acadêmico” e a chamada “sociedade do espetáculo” impõem ao pesquisador elevadas demandas de produção de conhecimento. Entre as consequências mais marcantes estão o produtivismo acadêmico, o controle excessivo sobre a pesquisa, a competitividade, o aumento dos casos de plágio, a pressão por uma quantidade exacerbada de publicações e a emergência de conhecimentos exigidos para além dos muros da universidade.

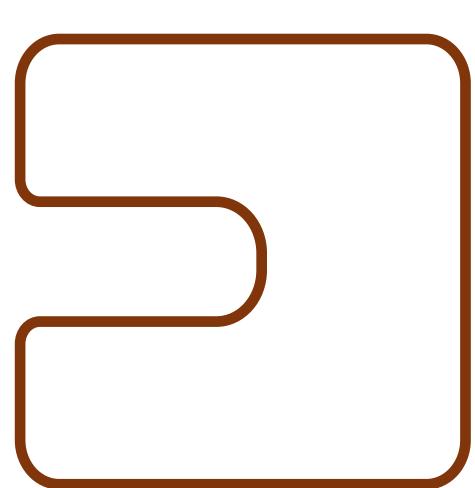
8.5 A responsabilidade social da pesquisa

A responsabilidade social da pesquisa refere-se ao compromisso que pesquisadores, instituições e programas de pós-graduação têm de assegurar que a produção de conhecimento não seja apenas tecnicamente rigorosa, mas também beneficie a coletividade, respeite valores éticos, promova justiça, transparência e bem-estar. Isso envolve considerar os impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos das pesquisas, bem como assegurar que os resultados sejam acessíveis, úteis e aplicáveis para além dos círculos acadêmicos.

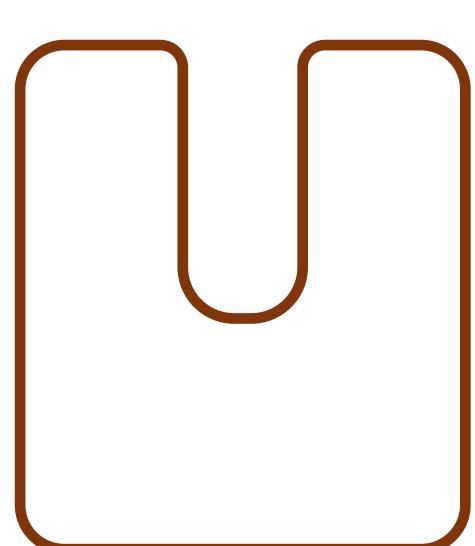
Essa responsabilidade social manifesta-se em diversos níveis:



SELEÇÃO DE TEMAS RELEVANTES – Escolher problemas que respondam às necessidades da sociedade (por exemplo, saúde pública, desigualdades, educação, meio ambiente) ao invés de pautas puramente de prestígio ou produtividade.

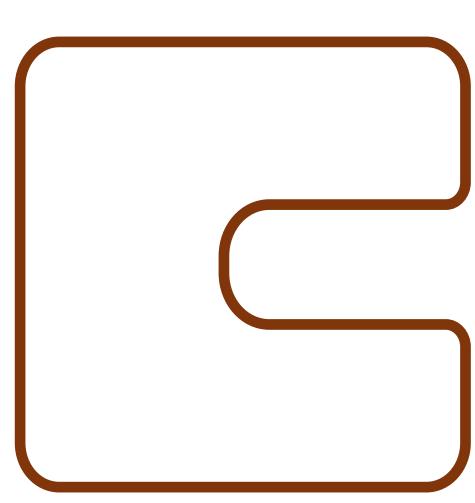


TRANSPARÊNCIA E ACESSO – Divulgar metodologias, dados e resultados de forma comprehensível e, sempre que possível, em acesso aberto, para que outros pesquisadores, tomadores de decisão e o público possam utilizar ou validar os achados.



CONSIDERAÇÃO ÉTICA – Garantir proteção aos participantes, consentimento informado, privacidade, evitar viés, conflitos de interesse, e que o uso de tecnologia ou métodos (incluindo IA, análise de dados etc.) seja feito com responsabilidade.

Neste ponto, destaca-se a relevância da atuação dos Comitês de Ética em Pesquisa, que orientam o pesquisador quanto à responsabilidade de garantir a proteção dos participantes. Tal responsabilidade não se restringe apenas à aplicação de instrumentos como entrevistas ou questionários, mas abrange todas as formas de interação e intervenção que envolvam diretamente seres humanos e animais, assegurando o respeito à dignidade, aos direitos e ao bem-estar dos envolvidos.

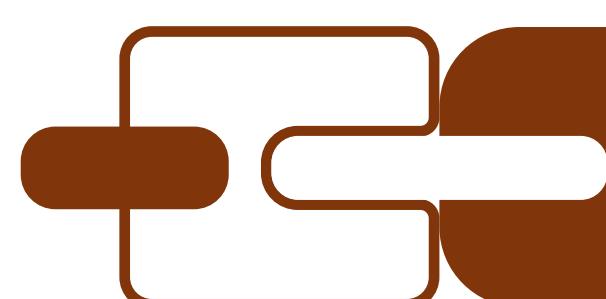


RESPONSABILIDADE COLETIVA – Pesquisadores, orientadores, instituições e financiadores compartilham a obrigação de promover uma cultura ética, atuar de forma colaborativa e assumir consequências de suas escolhas científicas.



8.6 Condutas éticas e antiéticas na Pós-Graduação

É extremamente importante apresentar exemplos práticos que permitam identificar, no cotidiano da pós-graduação, situações de má conduta científica na elaboração e divulgação de pesquisas. Em contrapartida, evidenciar as condutas éticas esperadas do pós-graduando ressalta como suas escolhas na escrita, no tratamento dos dados e na divulgação dos resultados impactam diretamente a ética e a integridade da pesquisa, contribuindo para o fortalecimento de sua formação acadêmica e profissional.



Relação orientador(a) x orientando(a)

A relação deve ser pautada por respeito mútuo, transparência e orientação ética, garantindo que o desenvolvimento acadêmico do(a) discente ocorra de forma responsável.

Conduta Ética

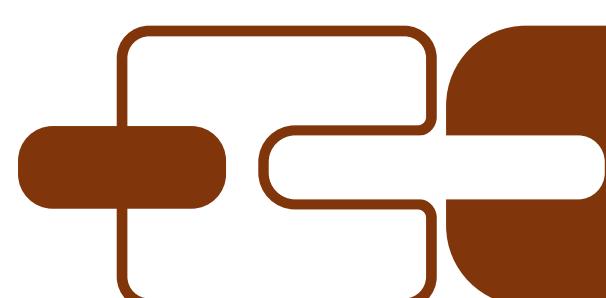
Orientador agenda encontros regulares e fornece feedbacks construtivos;

Respeito à autonomia intelectual do aluno na definição do projeto ou em qualquer outra etapa do curso.

Conduta Antiética

Orientador demora meses para responder textos ou ignora dúvidas do discente;

Imposição de temas de pesquisa apenas do interesse do orientador, sem respeito à autonomia de ambas as partes.



Conflitos de interesse

Devem ser sempre declarados, evitando que interesses pessoais ou financeiros interfiram na condução ou na divulgação da pesquisa.

Conduta Ética

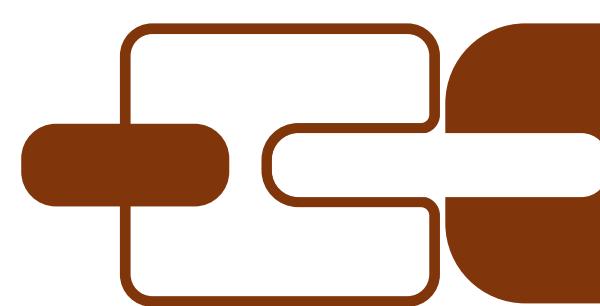
Pesquisador declara vínculos financeiros, institucionais ou pessoais em relatórios e publicações;

Transparência sobre fontes de financiamento da pesquisa.

Conduta Antiética

Pesquisador omite que é membro de instituição que pode se beneficiar diretamente dos resultados;

Manipulação de resultados para favorecer financiadores ou o próprio pesquisador.



Compartilhamento e reproduzibilidade de dados

Os dados gerados devem ser organizados e, sempre que possível, disponibilizados de forma que outros pesquisadores possam reproduzir os resultados, fortalecendo a confiabilidade científica.

Conduta Ética

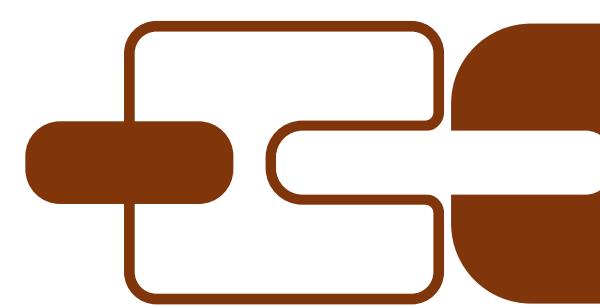
Dados e metodologias organizados em repositórios institucionais ou plataformas abertas (quando possível);

Documentação detalhada para permitir replicação.

Conduta Antiética

Omitir parte da metodologia ou não guardar os dados originais.

Apresentar resultados impossíveis de reproduzir.



Responsabilidade na divulgação científica

Pesquisadores devem divulgar resultados com clareza e honestidade, evitando sensacionalismo ou distorções. Essa prática está alinhada às orientações da Revista FAPESP, que promove a divulgação científica ética e responsável (FAPESP, 2025).

Conduta Ética

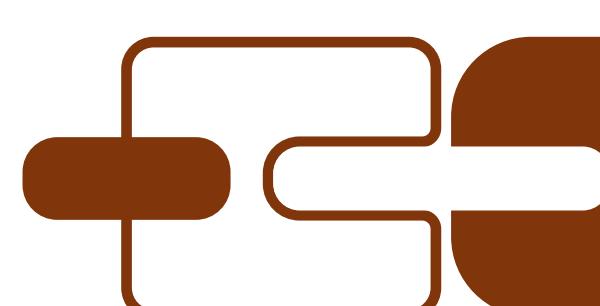
Divulgação dos resultados com clareza e contextualização;

Publicação apenas após revisão adequada por pares.

Conduta Antiética

Exagero nos resultados para chamar atenção midiática (“minha pesquisa vai revolucionar a área”);

Divulgação de resultados preliminares como se fossem conclusivos.



Respeito aos participantes da pesquisa

Todas as pesquisas devem garantir a proteção, privacidade e consentimento informado dos participantes, conforme normas éticas e regulamentações vigentes.

Conduta Ética

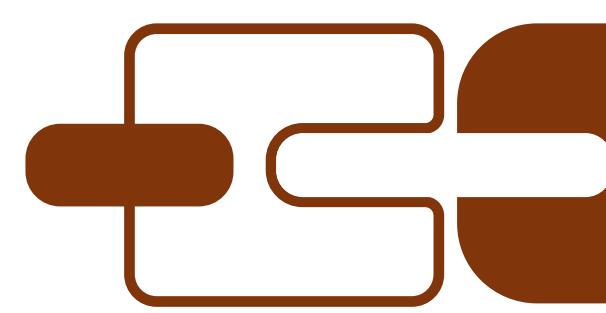
Coletar dados apenas após consentimento informado (TCLE);

Garantir anonimato e possibilidade de desistência a qualquer momento.

Conduta Antiética

Usar falas ou dados sensíveis sem autorização;

Expor identidade dos participantes ou pressioná-los a continuar na pesquisa.



Uso de Inteligência Artificial na escrita científica

O uso de ferramentas de Inteligência Artificial deve ser transparente e responsável. Elas podem apoiar na organização de ideias ou revisão textual, mas não substituem a autoria do pesquisador. Sempre que utilizadas, precisam ser checadas criticamente e, quando pertinente, declaradas, evitando que trechos sejam apresentados como se fossem de autoria própria.

Conduta Ética

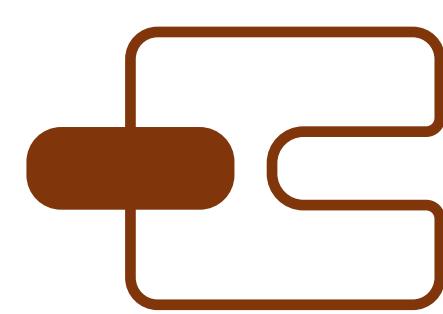
Utilizar o ChatGPT ou outras ferramentas de IA apenas como apoio (ex.: para revisão de texto, tradução ou sugestões de estrutura), sempre revisando criticamente o material produzido;

Declarar, quando pertinente, que a IA foi utilizada como ferramenta auxiliar.

Conduta Antiética

Copiar trechos gerados por IA e inserir no trabalho como se fossem de autoria própria, sem revisão, sem checagem ou declaração do uso da ferramenta;

Omitir totalmente o uso da IA, fazendo parecer que todo o conteúdo é de autoria exclusiva do pesquisador.



Desinformação e responsabilidade na comunicação científica

A produção científica deve se basear em informações verificadas e confiáveis. Reproduzir dados falsos ou não checados compromete a credibilidade do trabalho e pode reforçar a propagação de Fake News. Cabe ao pesquisador confirmar a veracidade das fontes, contextualizar resultados e comunicar limitações, garantindo clareza e honestidade na divulgação.

Conduta Ética

Conferir a veracidade das informações antes de incluir em trabalhos acadêmicos e citar apenas fontes confiáveis (artigos revisados, documentos oficiais, dados institucionais);

Explicar as limitações da pesquisa de forma clara, sem induzir o leitor a conclusões que os dados não sustentam.

Conduta Antiética

Reproduzir informações falsas ou não verificadas (fakenews, dadossemfonte) em trabalhos acadêmicos ou apresentações;

Distorcer resultados para fortalecer uma hipótese ou criar impacto midiático.



9 OSCOMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA NA UFS E SEUS PAPÉIS

Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) têm a função de assegurar que as pesquisas envolvendo seres humanos e animais sejam conduzidas de acordo com princípios éticos, garantindo o respeito à dignidade, aos direitos e ao bem-estar dos participantes de pesquisa.

Eles estão vinculados, na UFS, diretamente à Coordenação de Pesquisa, por meio da Divisão de Bioética e Biossegurança (DBB). Estão distribuídos em CEPs que lidam com a proteção ao participante de pesquisa humano e ao participante de pesquisa animal.

É papel dos CEPs avaliar projetos de pesquisa com foco voltado à proteção do participante de pesquisa, identificar riscos, orientar pesquisadores e promover a cultura de ética na universidade. Mais do que uma instância de controle ético-científico, os comitês atuam como espaços de orientação e apoio, fortalecendo a integridade científica e estimulando a responsabilidade social da pesquisa e principalmente dos participantes.

**LEI Nº 14.874,
DE 28 DE MAIO DE 2024**



DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

Cada CEP envolvendo seres humanos possui legislação nacional específica que o regulamenta, como a Resolução CNS nº 466/2012, a Resolução CNS nº 510/2016 e a Norma Operacional 001/2013.

Já o Comitê de Ética em Pesquisa com Animais de Produção (CEPAP) e o Comitê de Ética em Pesquisa com Animais (CEPA) são regulamentados pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA).

Todos os CEPs que envolvem seres humanos e animais têm natureza consultiva, educativa e independente. O objetivo primeiro desses CEPs é proteger o participante de pesquisa em sua integridade e dignidade, e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, considerando as diretrizes éticas das áreas das áreas de conhecimento e suas especificidades.

Abaixo, a distribuição dos CEPs para proteção do **PARTICIPANTE DE PESQUISA SER HUMANO**. A UFS, possui três, vinculados e credenciados no Conselho Nacional de Saúde (CNS) através da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP): CEP – Humanidades - 0383; CEP UFS Hospital Universitário – 5546 e o CEP UFS-LAG/HUL.



9.1 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA NAS ÁREAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - 0383

(CEP HUMANIDADES/UFS)⁴

O CEP Humanidades possui a missão de garantir o respeito e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes e participantes de pesquisa, nas investigações científicas, tomando conhecimento dos protocolos de pesquisa da Universidade Federal de Sergipe nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, conforme os critérios fixados na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS (CNS, 2016).

COMITÊ DE
ÉTICA EM
PESQUISA
CEP
HUMANIDADES

UFS

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA
CONEP

Acesse o site:

⁴ Código de registro do CEP que está analisando o protocolo de pesquisa. Registro feito pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).



Principais orientações sobre o CEP Humanidades:

Leitura obrigatória de documentos regulamentadores

Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016

Normatiza as pesquisas realizadas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, de acordo com as especificidades de cada área.

 Baixe a resolução na íntegra



Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012

Normatiza as pesquisas das áreas das Ciências da Saúde e demais aspectos gerais que envolvem a ética em pesquisa com seres humanos.

 Baixe a resolução na íntegra



Norma Operacional 001/2013

Descreve sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP, e sobre os procedimentos para submissão, avaliação e acompanhamento da pesquisa e de desenvolvimento envolvendo seres humanos no Brasil.

 Baixe a resolução na íntegra

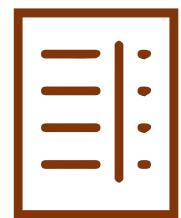


9.2 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS – 5546 (CEP UFS HOSPITAL UNIVERSITÁRIO)⁵

Este CEP adota as mesmas orientações gerais descritas anteriormente, por se tratar de um Comitê de Ética em Pesquisa que atua na proteção dos seres humanos. A principal diferença é que sua atuação está voltada, de forma mais específica, para as áreas das Ciências da Saúde.

É importante destacar que cada CEP disponibiliza seus próprios modelos de termos (como TCLE, TALE, entre outros), já adaptados com os dados institucionais do Comitê, o que facilita o preenchimento e garante padronização documental.

⁵ Código de registro único do CEP que está analisando o protocolo de pesquisa. Registro feito pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).



Acesso à Informação BRASIL

Ir para o conteúdo [1] | Ir para o menu [2] | Ir para a busca [3]

a+ a- a English Español Français

Página Inicial | WEBMAIL | Mapa do Site

O que deseja buscar?

Institucional | Campi | Hospitais | Ensino | Pesquisa e Inovação | Extensão | Assistência Estudantil | Serviços | Publicações | Bibliotecas | Acesso à informação

Coronavírus | Comunidade interna | Ações afirmativas | Acessibilidade

Regimento

Material Educativo CEP-CONEP

O que deve ser analisado pelo Sistema CEP/CONEP?

Áreas temáticas

Guia sobre elaboração de Projeto de Pesquisa

Erros mais comuns em submissão de projetos ao CEP

Apoio Para submissão de protocolo de pesquisa ao CEP- UFS

Pendências frequentes em TCLE

TCLE/TALE

Folha de Rosto

Pendências de parecer

Modelos de TERMOS

Cadê meu parecer consubstanciado?

Calendário de Reuniões

Emenda e Notificação em Projetos Aprovados

Relato de Caso ou Projeto de Relato de Caso

Cartilha dos direitos dos participantes de pesquisa

Manuais da Plataforma Brasil

Resoluções e Circulares CEP/CONEP

Composição do Colegiado

Instruções

Notícias

CEP

Apresentação

DEFINIÇÃO:

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, com "munus público", que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos (Normas e Diretrizes regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos –Res. CNS 466/2012, II. 4).

PAPEL:

O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. Desta maneira e de acordo com a Res. CNS 466/2012, e 510/2016 "toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa" e cabe à instituição onde se realizam pesquisas a constituição do CEP.

MISSÃO:

A missão do CEP é salvaguardar os direitos e a dignidade dos participantes de pesquisa. Além disso, O CEP contribui para a qualidade das pesquisas e para a discussão do papel da pesquisa no desenvolvimento institucional e no desenvolvimento social da comunidade. Contribui ainda para a valorização do pesquisador que recebe o reconhecimento de que sua proposta é éticamente adequada. Finalmente, o CEP exerce papel consultivo e, em especial, papel educativo para assegurar a formação continuada dos pesquisadores da instituição e promover a discussão dos aspectos éticos das pesquisas em seres humanos na comunidade.

(Manual Operacional para Comitês de Ética em Pesquisa - 2006)

Para ser Ética, a Pesquisa precisa:

- Respeitar o participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio da manifestação expressa, livre e esclarecida;
- Ponderar entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantir que danos previsíveis sejam evitados; e
- Ter relevância social, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio humanitária.

Endereço Institucional :
Hospital Universitário
CAMPUS DA SAÚDE PROF. JOÃO CARDOSO NASCIMENTO JR
Rua Cláudio Batista S/N – Prédio Centro de Pesquisas Biomédicas - Bairro Sanatório
CEP: 49060-100 Aracaju -SE – Fone: (79) 3194-7208

E-mail: cep@academico.ufs.br

+ Notícias

Notícias

Tutorial
Tutorial de Cadastro
Tutorial de Cadastro

sobre
Sobre o CEP-UFS
Sobre o CEP-UFS

Campus São Cristóvão

Cidade Univ. Prof. José Aloisio de Campos
Av. Marcelo Deda Chagas, s/n, Bairro Rosa Elze
São Cristóvão/SE
CEP 49107-230
Contato +55 79 3194-6600
[Localização](#)

Campus Aracaju

Campus Prof. João Cardoso Nascimento
Rua Cláudio Batista, s/n, Cidade Nova
Aracaju/SE
CEP 49060-108
Contato +55 79 2105-1700
[Localização](#)

Campus Itabaiana

Campus Prof. Alberto Carvalho
Av. Vereador Olímpio Grande, s/n
Itabaiana/SE
CEP 49506-036
Contato +55 79 3432-8200
[Localização](#)

Campus Laranjeiras

Praça Samuel de Oliveira, s/n, Centro
Laranjeiras/SE
CEP 49170-000
Contato +55 79 3194-7176
[Localização](#)

Campus Lagarto

Campus Prof. Antônio Garcia Filho
Av. Governador Marcelo Deda, 13, Centro
Lagarto/SE
CEP 49400-000
Contato +55 79 3632-2072
[Localização](#)

Campus Nossa Senhora da Glória

Campus do Sertão
Rodovia Engenheiro Jorge Neto, km 3, Silos
Nossa Senhora da Glória/SE
CEP 49680-000
Contato +55 79 3194-7127
[Localização](#)

© 2025. Todos os direitos reservados. Universidade Federal de Sergipe.

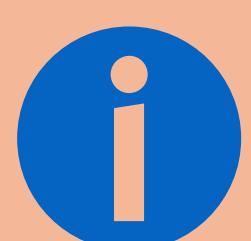


9.3 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – CAMPUS LAGARTO E DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LAGARTO

(CEP UFS-LAG/HUL)

Este CEP adota as mesmas orientações gerais descritas anteriormente, por se tratar de um Comitê de Ética em Pesquisa que atua na proteção dos seres humanos. A principal diferença é que sua atuação está voltada, de forma mais específica, para as áreas das Ciências da Saúde.

É importante destacar que cada CEP disponibiliza seus próprios modelos de termos (como TCLE, TALE, entre outros), já adaptados com os dados institucionais do Comitê, o que facilita o preenchimento e garante padronização documental.



Acesse
o site



9.4 Cadastro na Plataforma Brasil

Para realizar a submissão de um protocolo de pesquisa, o primeiro passo é o cadastro do pesquisador na **Plataforma Brasil**, sistema nacional unificado destinado à tramitação de protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. Esse cadastro é obrigatório e deve ser feito individualmente, permitindo que o pesquisador possa registrar, acompanhar e gerenciar seus projetos de acordo com as exigências éticas e normativas estabelecidas pela **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)**.

Plataforma Brasil

Você está em: Público > Cadastro na Plataforma Brasil

CADASTRO NA PLATAFORMA BRASIL

Prezado Pesquisador,

Para ter acesso às funcionalidades da Plataforma Brasil é necessário possuir um login (e-mail) e senha de acesso ao sistema.

Para efetuar o cadastro é necessário ter uma cópia digitalizada de um documento de identidade com foto para ser submetido ao sistema (recomenda-se o formato 'JPG' ou 'PDF' com resolução de 1000 DPI 2000PI). As imagens digitalizadas deverão ser anexadas quando da realização do cadastro. O não envio do documento provoca a não efetivação do cadastro. Também será necessário o envio do seu currículo vitae em formato doc, docx, odt e pdf - 2mb máximo.

Nota

A Plataforma Brasil teve sua implantação iniciada em setembro de 2011.

Caso ao realizar o seu cadastro, sua instituição não esteja disponível na relação cadastrada no sistema, entre em contato com o CEP de sua unidade para obter maiores informações. Para concluir o cadastro selecione a opção “não” na pergunta “Deseja se vincular a alguma Instituição de pesquisa?”.

Obrigado,

Equipe Plataforma Brasil.

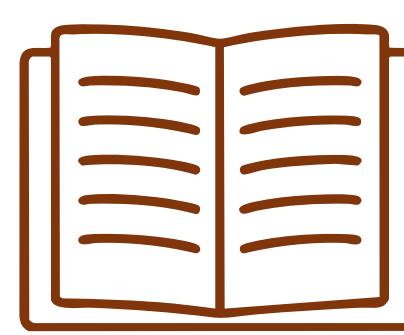
1 •••

Avançar



9.4.1 Submissão na Plataforma Brasil

Antes de submeter seu protocolo de pesquisa à **Plataforma Brasil**, atente-se às seguintes orientações:



LEITURA PRÉVIA DAS NORMATIVAS:

consulte a Resolução CNS nº 466/2012, a Resolução CNS nº 510/2016 e a Norma Operacional nº 001/2013 (ver seção 5.1 deste guia).



PREPARAÇÃO DO PROJETO:

organize seu **projeto de pesquisa completo**, incluindo todos os itens exigidos pela Norma Operacional nº 001/2013 (introdução, justificativa, objetivos, metodologia, riscos e benefícios, critérios de inclusão/exclusão, orçamento, cronograma, referências, entre outros).



CONSULTA AOS TERMOS:

verifique junto ao CEP os modelos de termos obrigatórios (como o TCLE) e demais documentos complementares que podem ser necessários. Cuidado para não usar termos de outro CEP.



ATENÇÃO AO PROJETO DE PESQUISA

É fundamental que todas as informações apresentadas no projeto de pesquisa estejam idênticas às registradas no formulário de submissão da Plataforma Brasil. Esses dados são analisados pelo relator e avaliados de acordo com as normativas do CEP/CONEP.

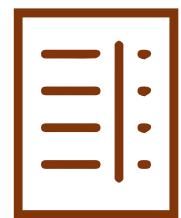
Para evitar inconsistências ou desencontros de informações, siga rigorosamente as orientações indicadas nesta seção antes de submeter seu protocolo.

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

Antes de submeter seu protocolo de pesquisa, certifique-se de **baixar e preencher** (consulte o site institucional) todos os documentos exigidos pelo CEP, tais como:



- | **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)** ou **Termo de Assentimento** (quando aplicável).
- | **Termo de Compromisso e Confidencialidade**.
- | **Termo de Autorização e Existência de Infraestrutura da Instituição** onde a pesquisa será realizada.
- | **Termo de Compromisso** para Utilização de Dados (TCUD)



- **Folha de Rosto** (gerada automaticamente na Plataforma Brasil).
- **Instrumentos de coleta de dados** (questionários, roteiros de entrevista, formulários etc.).
- **Projeto de pesquisa original na íntegra (projeto brochura)**. Além das seções originais, atente-se às seções obrigatórias exigidas no item 3.4 da Norma Operacional 001/2013.



Acesse
o site



Verifique os modelos
de termos exigidos pelo
CEP Humanidades.

SUBMISSÃO NA PLATAFORMA BRASIL

Portal do Governo Brasileiro | Plataforma Brasil | LOGIN | Esqueceu a senha? | Cadastre-se | v4.0.7_rc06

Sistema CEP/CONEP
Resoluções e Normativas
Consultar Comitê de Ética
Carlae Circulars
Biobancos Aprovados

Plataforma Brasil
Manuais da Plataforma Brasil
Histórico de Versões
Ensino a Distância do sistema CEP/Conep

Pesquisas
Buscar Pesquisas Aprovadas

Contato
E-mail
Telefone

Informações ao Participante da Pesquisa

Acesse o site

Com o login e senha, acesse a Plataforma Brasil e preencha o formulário de submissão, conforme a figura abaixo:

Você está em: Pesquisador > Cadastro de Projeto de Pesquisa > Informações Preliminares

1 Informações Preliminares 2 Área de Estudo 3 Desenho de Estudo/Apóio Financeiro 4 Detalhamento do Estudo 5 Outras Informações 6 Finalizar

Salvar/Sair **Próxima**

* A pesquisa envolve seres humanos, na qualidade de participante da pesquisa, individual ou coletivamente de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dela, incluindo o manejo de informações ou materiais? Maiores informações ver [Resolução 466](#), [Resolução 510](#)

Sim Não

* Informe o Modelo que deseja preencher
(O Modelo completo ainda não está disponível para o público. Utilize o Modelo simplificado)

Simplificado Completo

*** Pesquisador Principal:**

| | |
|---------------|-------------|
| CPF/Documento | Nome Social |
| Telefone | E-mail |

* Deseja delegar a autorização de preenchimento deste projeto a outras pessoas já cadastradas no sistema?

Sim Não

ASSISTENTES:

| CPF/Documento | Nome Social | Telefone | E-mail | Ação |
|----------------------|-------------|----------|--------|------|
| Adicionar Assistente | | | | |



Para visualizar previamente as informações que são solicitadas no formulário, clique na lupa ao lado.

Visualizar Projeto de Pesquisa

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

A pesquisa envolve seres humanos, na qualidade de participante da pesquisa, individual ou coletivamente de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dela, incluindo o manejo de informações ou materiais? Maiores informações ver Resolução 466

Não

Informe o Modelo que deseja preencher:

Simplificado

Pesquisador Principal:

CPF: [REDACTED] Nome Social: [REDACTED] Telefone: [REDACTED] E-mail: [REDACTED]

Deseja delegar a autorização de preenchimento deste projeto a outras pessoas já cadastradas no sistema?

Não

Instituição Proponente:

Sem Proponente

É um estudo internacional?

Não

ÁREA DE ESTUDO

GRANDES ÁREAS DO CONHECIMENTO (CNPQ) (SELECIONE ATÉ TRÊS)

Documentos

Nome Social

Telefone

E-mail

Outros

O formulário de submissão deve reproduzir fielmente todas as informações constantes no projeto de pesquisa (brochura). Somente após o preenchimento completo, o documento deve ser encaminhado ao CEP para apreciação ética.



Para os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) que analisam projetos envolvendo seres humanos, as orientações seguem as mesmas diretrizes nacionais, uma vez que todos são regulamentados pela instância máxima do sistema CEP/CONEP.

No entanto, o pesquisador deve estar ciente de que cada CEP possui um colegiado próprio e pode adotar políticas internas específicas, sobretudo quanto à solicitação de documentos complementares. Por essa razão, é recomendável consultar regularmente o site institucional do CEP ao qual pretende submeter sua pesquisa, além de manter contato direto com a secretaria e coordenação do comitê para obter orientações mais direcionadas e precisas.

Cabe destacar que toda a tramitação do protocolo de pesquisa ocorre **exclusivamente pela Plataforma Brasil**, não havendo possibilidade de submissão por outros meios.



Fluxo de submissão de protocolos de pesquisa na Plataforma Brasil

De acordo com a **Norma Operacional 001/2013**, o CEP deve respeitar prazos específicos em cada etapa do processo de análise:

1

SUBMISSÃO PELO PESQUISADOR

O pesquisador realiza a submissão do protocolo de pesquisa na Plataforma Brasil.

2

VALIDAÇÃO E RECEPÇÃO PELA SECRETARIA

Após a submissão, a secretaria do CEP tem **até 10 dias úteis** para:

- Verificar se todos os documentos obrigatórios foram anexados;
- Validar o protocolo de pesquisa;
- Confirmar a recepção no sistema.

3

APRECIAÇÃO ÉTICA PELO CEP

Após a validação, o protocolo segue para um **relator** designado pelo CEP.

- Após a validação, o protocolo segue para um **relator** designado pelo CEP;
- O prazo para **apreciação ética** é de até **30 dias úteis**;
- Durante essa etapa, podem ser feitas solicitações de ajustes ou esclarecimentos.

4

LIBERAÇÃO DO PARECER

Ao final da análise, o **Parecer Consustanciado** pode resultar em três situações:

Aprovado

o pesquisador pode iniciar a pesquisa;

Com pendências

o pesquisador deve responder às solicitações e reenviar ao CEP

Não aprovado

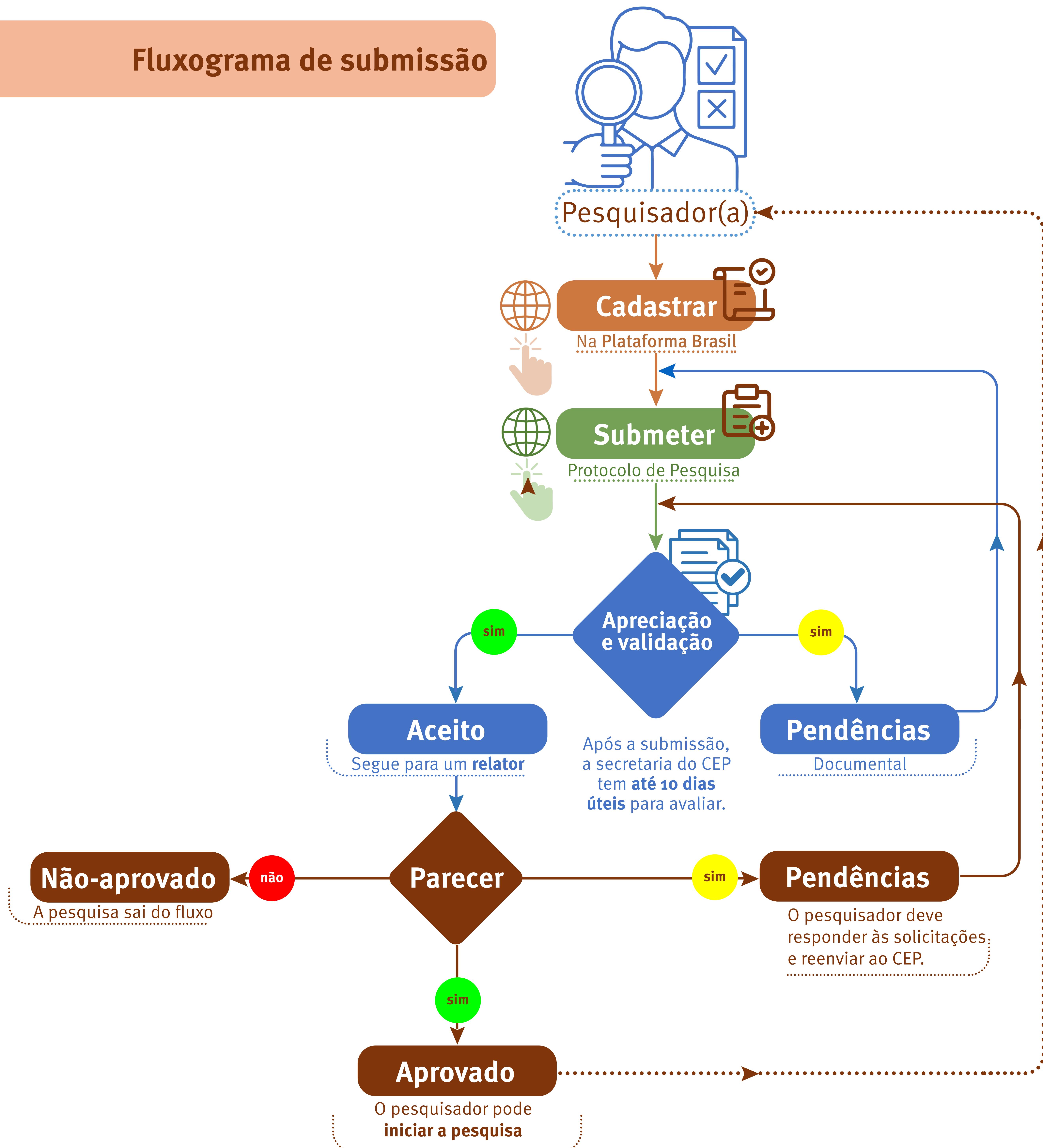
o projeto é indeferido, com justificativa detalhada.

- Caso o protocolo envolva áreas temáticas especiais (como genética humana, reprodução assistida, populações indígenas etc.), ele será encaminhado à **CONEP** para análise complementar.
- O prazo total do processo pode variar conforme pendências e necessidade de ajustes pelo pesquisador.





Fluxograma de submissão





9.4.2 Como saber que direcionou seu protocolo de pesquisa para o CEP que deseja?

Plataforma Brasil

Público **Pesquisador** **CEP** **Alterar Meus Dados**

ADICIONAR INSTITUIÇÃO

* Deseja vincular alguma Instituição de pesquisa?
 Sim Não

ADICIONAR INSTITUIÇÃO

* Nome da Instituição: **Buscar Instituição**

Órgão / Unidade:

ADICIONAR INSTITUIÇÃO

* Nome da Instituição: **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE** **Buscar Instituição**

Órgão / Unidade:

FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

- CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS ((CCAA - CEP Humanidades))
- CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
- CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA (CCET - (CEP Humanidades))
- CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HU

Clique em: adicionar instituição e busque por "Fundação Universidade Federal de Sergipe".

Com a instituição selecionada, escolha a sua unidade de origem na instituição*.

Todas as unidades cadastradas no CEP Humanidades estão identificadas com a nomenclatura (CEP Humanidades)

*Unidade de origem na instituição é o setor ao qual o pesquisador está vinculado e desenvolvendo a sua pesquisa.



9.5 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM ANIMAIS DE PRODUÇÃO (CEPAP/UFS)

O Comitê de Ética em Pesquisa com Animais de Produção (CEPAP) é regulamentado pela Lei no 11.794, de 8 de outubro de 2008 (Lei Arouca). As pesquisas que envolverem animais de produção deverão ser cadastradas no sistema CIUCA (Cadastro de Instituições de Uso específico de Animais), vinculado ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), que por sua vez é um órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI).



Acesse
o site



Para mais
informações
e orientações
detalhadas

9.6 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM ANIMAIS (CEPA/UFS)

O Comitê de Ética em Pesquisa com Animais (CEPA) analisa, regulamenta e fiscaliza a realização de pesquisa envolvendo animais de experimentação, de acordo com a Lei 11.794, de 08 de outubro de 2008, e nas resoluções normativas do CONCEA (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal).

A submissão de projetos deve ser feita via Plataforma própria, CEUA.



Acesse
o site



Para mais
informações
e orientações
detalhadas

Os CEPs são parte primordial dentro das universidades, pois asseguram que as investigações acadêmicas sejam conduzidas de forma ética, responsável e em conformidade com as normativas nacionais. Sua atuação protege os participantes de pesquisa, fortalece a credibilidade institucional e contribui para a formação de uma cultura científica pautada no respeito à dignidade humana e na integridade da produção do conhecimento.



10 DA MÁ CONDUTA À RETRATAÇÃO: IMPACTOS E CORREÇÕES NO MEIO EDITORIAL CIENTÍFICO

As más práticas científicas, como as citadas neste Guia, que vão desde falsificação e fabricação de dados até plágio e autoria indevida, além de manipulação de imagens e figuras, resultam em consequências concretas no meio científico, dentre elas: danos à reputação de instituições e pesquisadores, e prejuízos à sociedade e ao avanço do conhecimento.

Diante disso, é preciso desmistificar que integridade científica se resume a seguir meras formalidades ou normas impostas, é acima de tudo compromisso ético com a confiabilidade e a transparência dos resultados publicados.

Sendo assim, um dos mecanismos mais visíveis de responsabilização é a retratação de artigos, regulamentada pelo *Committee on Publication Ethics* (COPE)⁶. Segundo as diretrizes do COPE *Retraction Guidelines*, sempre que um artigo já publicado apresenta erros graves ou indícios de má conduta que invalidam seus achados, o periódico deve emitir um *Retraction Notice* (aviso de retratação). O texto original permanece acessível, claramente marcado como “Retracted”, acompanhado do aviso explicativo, que indica os motivos da retratação, e é indexado com DOI próprio.

Quando a retirada ocorre antes da publicação oficial (por exemplo, artigos “*in press*” ou em fase de pré-publicação), o comunicado adequado é o *Withdrawal Notice* (aviso de retirada). Ambos são registros formais e públicos que preservam a integridade do registro científico.

A COPE apresenta em suas diretrizes um **quadro detalhado** (“*Retraction Guidelines*”) que descreve:

- | quando retratar (erros honestos graves versus má conduta);
- | como redigir o aviso (transparência, clareza, vinculação ao artigo original, DOI próprio);
- | responsabilidades de editores, autores e instituições;
- | diferenciação entre correção, expressão de preocupação e retratação/retirada.

Acesse diretamente a versão mais recente das diretrizes [aqui](#).

 Acesse
o site
COPE



Para mais
informações
e orientações
detalhadas

⁶ O COPE é um **Comitê internacional de Ética** em Publicações, que orienta pesquisadores na condução ética e íntegra de suas publicações científicas.



Materials Today Communications 40 (2024) 109812

Contents lists available at ScienceDirect

Materials Today Communications

journal homepage: www.elsevier.com/locate/mtcomm

Systematic theoretical research towards industrial application of high-speed microparticle impact resulting material modifications

Yunlei Wang^{a,b,*}, Alain Reiser^b

^a School of Materials Science and Engineering, Chongqing University of Arts and Sciences, Chongqing 402160, PR China
^b Department of Materials Science and Engineering, KTH Royal Institute of Technology, Stockholm, SE 10044, Sweden

ARTICLE INFO

Keywords: Microparticles impact; Particle-target interactions; Material response; Modification

ABSTRACT

Microscale particle-target interactions and the resulting modifications of the target material play a crucial role in the domains of industrial manufacturing and application process. As known that the processing and manufacturing, failure prevention, and even the spacecraft protection against hypervelocity micrometeorites and orbital microdebris. Based on such an interesting, noteworthy, and profoundly applied research, it quickly followed up and compiled a series of relevant studies on particle-target interactions of high-speed microparticle impact. Here, it discussed the gas-based, laser-based, and electrostatic-based of the high-speed microparticle impacts. Among these, laser-induced particle impacts stand out for their high throughput and the suitability for operation in small facilities or even on standard laboratory optical benches. Various behaviors have been observed with smaller projectiles, relatively high velocities, and extreme strain rates, which involved the description of launching system, dynamic capturing of high-speed videography, triggering and characterization of material response, and results of material modification. Subsequently, it conducted a summary and future prospect of the focused topic. It is expected that the particle-target interactions will become an effective tool for the study of impact process, multi-field coupling, material strengthening and modification, it will bridge multidisciplinary to understand the scientific phenomena involved in the impact process, also provides a novel strategy to the development of next-generation of ballistic impact testing.

1. Introduction

High-speed microparticle impact can induce various material responses [1–3], depending on numerous factors such as particle size, impact velocity, incident angle, target characteristics, and environmental temperature [4,5], etc. It often results in localized heating [6], plastic deformation [7], and phase transformation [8]. The interactions involve the transfer of kinetic energy [9], potential structural damage [10], and the initiation of stress waves within the material [11]. This process encompasses a rich set of physical and mechanical issues, resulting in shock wave distribution, local high-speed deformation of the material, and damage and destruction. To comprehend the interaction between particle and the target material, it is crucial to consider the properties of the target material. Therefore, it is important to test the properties of the target material under various conditions to fully understand its behavior. Understanding these interactions is crucial for applications such as impact machining [12], materials testing [13], and designing protective coatings [14].

More important concern is that the high strain rate impacts involve high-speed collisions of microparticles with a target, used to observe the effects of the interaction between the projectile and target. High strain rate impacts are also attracting attention due to their ability to assess the damage mode of the target, the depth of impact of the projectile, and the mechanism of interaction, from localized deformation to failure by fragmentation. It also incorporate the properties of projectile and target themselves. However, the impact test setups and tests are relatively expensive, especially given the increasing interest in hypervelocity ballistic applications [15]. There are some inexpensive and efficient research methods that can be chosen, such as numerical simulation and experimental study methods [16,17]. As is known, the situation involved in the impact scenario is complex, and numerous factors need to be taken into account. These factors include the contact between the projectile and the target, the high-strain rate in the vicinity of the impact area, the propagation of stress waves through projectile and target, the local deformation and separation of the material, phase transitions, dynamical behaviors, and so on. After understanding the laws governing

* Corresponding author at: School of Materials Science and Engineering, Chongqing University of Arts and Sciences, Chongqing 402160, PR China.
E-mail address: yunlei@kth.se (Y. Wang).

<https://doi.org/10.1016/j.mtcomm.2024.109812>
Received 24 May 2024; Received in revised form 5 July 2024; Accepted 8 July 2024
Available online 11 July 2024
2352-4928/© 2024 The Author(s). Published by Elsevier Ltd. This is an open access article under the CC BY license (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>)



Para mais informações e orientações detalhadas

Lar > Orientação > Diretriz > Diretrizes de retratação

Diretriz Última revisão: 29 de agosto de 2025

Compartilhar

Diretrizes de retratação

Orientações para editores sobre retratação de artigos: quando uma retratação deve ser considerada, o que incluir em um aviso, quem deve emitir uma retratação e com que rapidez, o que fazer quando há evidências inconclusivas e como lidar com retratações em lote quando muitos artigos são afetados pelo mesmo problema.

[Revisão pós-publicação](#)

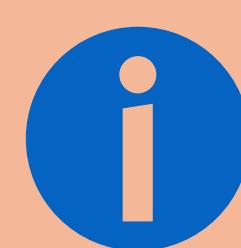
Cite isto como:
Conselho do COPE, Diretrizes do COPE: Diretrizes de Retratação. Agosto de 2025.
<https://doi.org/10.24318/cope.2019.1.4>

© 2025 Comitê de Ética em Publicações (CC BY-NC-ND 4.0) <https://publicationethics.org>



Para contextualizar a dimensão do problema, o **PubMed** registrou em setembro de 2025:

| “*RETRACTION NOTICE*”: cerca de **29.233** registros

 Acesse



Para mais informações e orientações detalhadas

| “*RETRACTED ARTICLE WITHDRAWN*”: cerca de **1.833** registros

 Acesse



Para mais informações e orientações detalhadas

| “*WITHDRAWAL NOTICE*”: cerca de **1.825** registros

 Acesse



Para mais informações e orientações detalhadas

Esses números mostram que retratações são uma realidade crescente e monitorada em bases indexadoras, reforçando a necessidade de práticas éticas robustas desde o planejamento da pesquisa até a submissão do manuscrito.

PN PORTAL DE NOTÍCIAS

ESTUDO COM 63 AUTORES, LIDERADO PELA USP, É DESPUBLICADO

DESPUBLICADO

Artigo que reuniu massa crítica de pesquisadores sobre efeitos da proteína Spike em peixes-zebra foi removido pela revista após investigação que apontou revisão por

MAIS INFORMAÇÕES

24 DE AGOSTO - @UNIVERSIDADES.BR

PN PORTAL DE NOTÍCIAS

A USP TEM MAIS DOIS ARTIGOS DESPUBLICADOS

Após DESPUBLICADO estudo sobre COVID-19 com 63 autores, nova despublicação envolve grupo de neurociência da USP por manipulação de imagens. Plataforma PubPeer revela rede de publicações com problemas em múltiplos laboratórios da universidade

26 DE AGOSTO - @UNIVERSIDADES.BR



PN

PORTAL DE NOTÍCIAS

EX-COORDENADORA É CONDENADA A 10 ANOS DE PRISÃO POR DIPLOMA FALSOS E PLÁGIO

A 2ª Vara Criminal Especializada de Salvador condenou Cábia Regina Raulino, ex-coordenadora do curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa (UniRuy), a 10 anos de prisão por uso de documentos falsos e plágio de trabalhos acadêmicos.



18 DE AGOSTO - @UNIVERSIDADES.BR

PN

PORTAL DE NOTÍCIAS

MAIS DE 2.923 ARTIGOS CIENTÍFICOS REMOVIDOS

Springer Nature, com mais de 2.923 artigos removidos, expõe investigações que revelam desde o uso de inteligência artificial até fraudes na revisão por pares em revistas científicas.



27 DE JULHO - @UNIVERSIDADES.BR

PN

PORTAL DE NOTÍCIAS

SPRINGER NATURE

Pesquisadora da UNESP banida



A UNESP conduziu uma investigação institucional sobre os trabalhos da pesquisadora ->

17 DE JUNHO - @UNIVERSIDADES.BR

PN

PORTAL DE NOTÍCIAS

JUSTIÇA FEDERAL CONFIRMA PLÁGIO SISTEMÁTICO EM TESE DE EX-REITORA DA UFERSA NOMEADA POR BOLSONARO



UFERSA

Textos copiados da dissertação de mestrado de Karisa Lorena Carmo Barbosa Pinheiro (UFRN, 2006), entre outros plagiados de dissertações e livros



UFRN

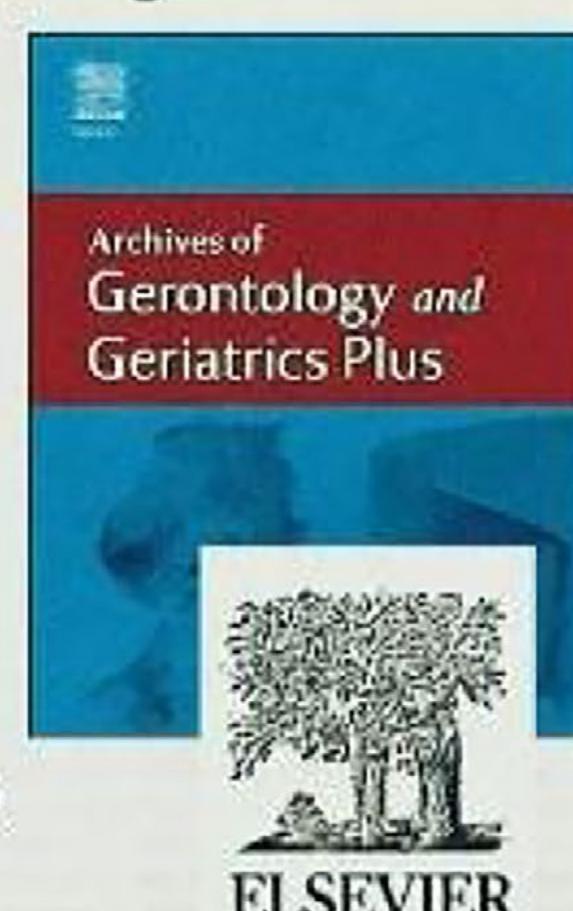
01 DE SETEMBRO - @UNIVERSIDADES.BR

PN

PORTAL DE NOTÍCIAS

DOUTORANDA PLAGIOU DOUTORADO DE COLEGA DOUTORANDA DA MESMA INSTITUIÇÃO

Uma doutoranda que plagiou o trabalho de outra doutoranda da mesma instituição havia solicitado à colega que compartilhasse dados da própria pesquisa. Além do plágio, a revista da Elsevier que publicou o trabalho plagiado é acusada de permitir alterações para encobrir fraude da plagiadora.



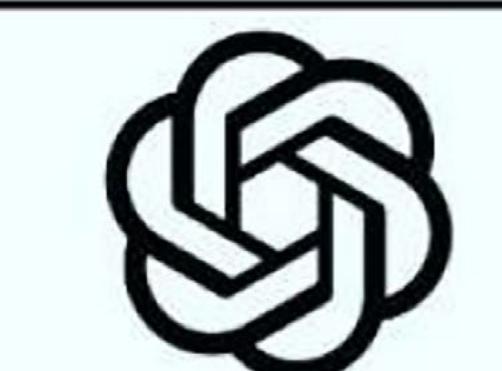
ELSEVIER ELSEVIER ELSEVIER

27 DE AGOSTO - @UNIVERSIDADES.BR

PN

PORTAL DE NOTÍCIAS

DENÚNCIA ANÔNIMA: LIVRO DA SPRINGER NATURE FOI ESCRITO PELO CHATGPT



ChatGPT



SPRINGER NATURE



01 DE JULHO - @UNIVERSIDADES



Revista Pesquisa FAPESP: Divulgação e Popularização da Ciência no Enfrentamento das MÁS Condutas Éticas em Pesquisa

A Revista Pesquisa FAPESP é uma publicação mensal da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), criada em 1999, com o objetivo de divulgar a ciência e a tecnologia produzidas no Brasil e no mundo. Seu conteúdo é direcionado não apenas à comunidade científica, mas também ao público em geral, tornando-se um importante instrumento de popularização da ciência. Além de apresentar avanços em diferentes áreas do conhecimento, a revista dedica espaço para discutir questões que envolvem a ética em pesquisa, dando visibilidade a casos de más condutas científicas, suas consequências para a sociedade e a importância do rigor metodológico e ético. Assim, contribui para o fortalecimento da integridade científica e para a conscientização sobre a necessidade de práticas responsáveis na produção de conhecimento.




[Ciência](#) [Política C&T](#) [Tecnologia](#) [Humanidades](#) [Ética](#) [Saúde](#) [Sustentabilidade](#) [Gente](#) [Vídeos](#) [Podcasts](#)

[Acesse
o site](#)

Ética

BOAS PRÁTICAS



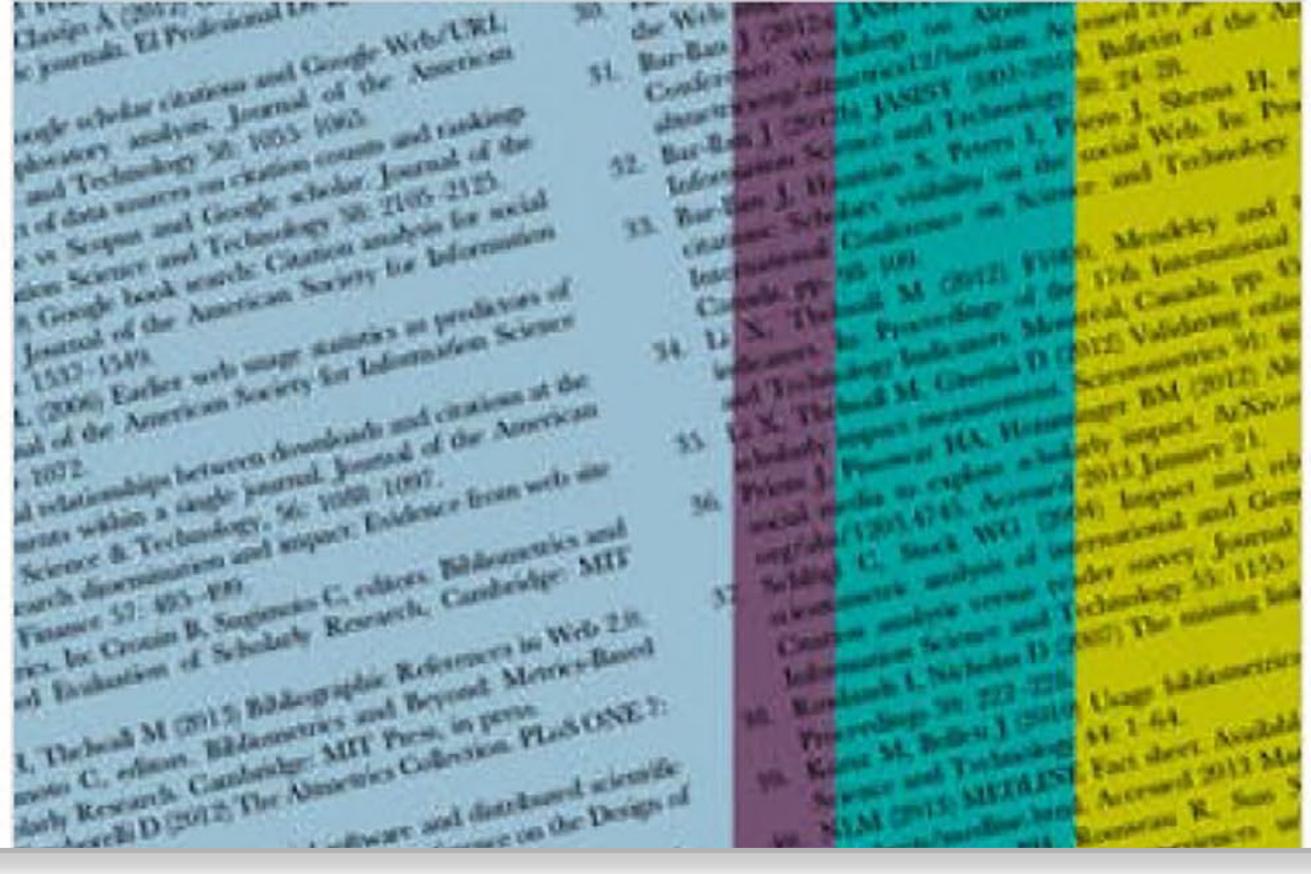
As pegadas do sistema fraudulento

Estudos detalham a ação de serviços ilegais, editores de revistas e agenciadores na publicação de artigos que sofreram retratação na *PLOS ONE*

POR MÔNICA MANIR



BOAS PRÁTICAS



Referências falsas

Relatório do governo norte-americano sobre saúde infantil amparava sua análise em trabalhos fictícios

POR REDAÇÃO



BOAS PRÁTICAS



Punição histórica

Harvard pune com demissão inédita cientista comportamental acusada de falsificar dados em artigos

POR REDAÇÃO





Acesse
o site



BOAS PRÁTICAS

Ex-futura ministra

Acusada de plágio, ex-reitora perde indicação para o comando da pasta da Educação da Coreia do Sul

Publicado on-line em
25 ago 2025

Edição 355
set 2025

Ética

O presidente da Coreia do Sul, Lee Jae-myung, decidiu retirar a indicação da professora de arquitetura Lee Jin-sook, de 65 anos, para o cargo de ministra da Educação do país. O cancelamento ocorreu 21 dias depois de o nome dela ser apresentado para avaliação do Parlamento. Primeira mulher a comandar uma grande instituição nacional de ensino superior – ela foi reitora da Universidade Nacional de Chungnam, em Daejeon, entre 2020 e 2024 –, Lee Jin-sook sofreu um forte desgaste político depois que foi acusada de cometer plágio em trabalhos acadêmicos e de se apropriar da produção científica de estudantes que orientou. Ela se defendeu afirmando que softwares que detectam plágio encontraram menos de 10% de similaridade com outros textos em seus artigos e disse que não copiou o trabalho de alunos de doutorado, mas, sim, assinou artigos científicos com eles – como professor orientador, compartilhou contribuições para suas teses.

Casos de plágio que contaminam o ambiente político não são uma novidade na Coreia do Sul. A ex-primeira-dama do país Kim Keon-hee, casada com o ex-presidente Yoon Suk-yeol, que sofreu impeachment no final de 2024, perdeu há dois meses o título de mestre em educação artística obtido em 1999 na Universidade Feminina Sookmyung, em Seul, depois que uma investigação encontrou uma grande quantidade de material plagiado em sua dissertação. Em julho, também foi revogado seu título de doutora em design pela Universidade Kookmin, em Seul, cuja tese ela defendera em 2008, já que o mestrado cancelado era pré-requisito para o doutorado.

BOAS PRÁTICAS

COREIA DO SUL

INTEGRIDADE

PLÁGIO

Republicar



11 A DESINFORMAÇÃO NA CIÊNCIA

A desinformação, como conduta fraudulenta, é um dos maiores desafios contemporâneos para a ciência e para a sociedade, afetando diretamente a credibilidade da produção acadêmica e o acesso qualificado ao conhecimento. No contexto da responsabilidade social da pesquisa, cabe ao pesquisador adotar práticas éticas que garantam a precisão dos dados, a clareza da comunicação científica e o compromisso com a veracidade das informações. A difusão de conteúdos manipulados compromete não apenas a confiança pública na ciência, mas também o papel da universidade como espaço de produção e disseminação do saber crítico. Autores como Araújo, Lima e Alzamora (2024, p. 13) estudam esse fenômeno e reforçam:



Fonte: Paula Villar

A desinformação corrói o tecido social que sustenta a democracia e prejudica o pleno exercício da cidadania. Trata-se de uma espécie de distorção ética da informação, não necessariamente seu contrário, que se propaga exponencialmente em conexões digitais com o propósito de gerar desconfiança, confundir, enganar, causar danos a indivíduos, grupos sociais e instituições. A desinformação configura fenômeno endêmico na sociedade contemporânea e por isso demanda enfrentamento multi-inter- e transdisciplinar.

Dessa forma, combater a desinformação significa fortalecer a integridade científica e também a integridade da informação⁷, assegurando que a pesquisa cumpra sua função social de promover desenvolvimento, justiça e cidadania. Ao ser difundida, muitas vezes de forma intencional, a desinformação gera desconfiança, confunde, engana e causa danos a indivíduos, grupos sociais e instituições.

11.1 Principais Impactos da Desinformação na Ciência

A desinformação atinge a ciência em múltiplas camadas, desde a formulação e condução das pesquisas até a forma como os resultados são comunicados e recebidos pela sociedade. No âmbito acadêmico, ela pode comprometer a seleção de fontes, a qualidade dos dados utilizados e até mesmo a replicabilidade dos estudos, elementos centrais para a credibilidade científica. No espaço público, interfere na compreensão dos avanços da ciência, gerando dúvidas, desconfiança e resistência a evidências comprovadas, como se observa em debates sobre vacinas, mudanças climáticas e novas tecnologias.

Esse processo fragiliza a confiança da sociedade nas instituições de ensino e pesquisa, reduzindo o impacto social do conhecimento produzido. Assim, a desinformação não apenas distorce a percepção da ciência, mas também ameaça sua função social de promover desenvolvimento, cidadania e tomada de decisões fundamentadas em evidências.

⁷ Seu conceito está em processo de consolidação na Ciência da Informação e está diretamente associado à proteção da informação diante de más condutas, discursos de ódio e desinformação, potencializados por avanços tecnológicos e por disputas de poder.



Por isso, a universidade deve assumir a responsabilidade de prevenir a propagação da desinformação em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Na prática, a desinformação pode se manifestar de diferentes formas, tais como:

COMPROMETIMENTO DA CREDIBILIDADE CIENTÍFICA

- | Enfraquece a confiança pública nas instituições de pesquisa e nos pesquisadores.
- | Coloca em dúvida descobertas legítimas, dificultando a aceitação social da ciência.

DIFICULDADE NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- | Governos e gestores podem adotar decisões baseadas em informações falsas ou enviesadas.
- | Exemplos claros são vistos em áreas como saúde pública (vacinação, epidemias) e meio ambiente (mudanças climáticas).

RETROCESSO NO AVANÇO DO CONHECIMENTO

- | Pesquisadores podem se apoiar em dados falsos ou mal interpretados, comprometendo a qualidade e a validade das pesquisas subsequentes.
- | A propagação de resultados não verificados cria um “ruído” no corpo científico.

IMPACTO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

- | Estudantes expostos à desinformação podem reproduzir erros conceituais e metodológicos.
- | O letramento científico e informacional torna-se ainda mais necessário para a formação crítica.

DESAFIOS PARA A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

- | A ciência, por natureza, é complexa e de linguagem especializada; a desinformação, por outro lado, é simples e muitas vezes sensacionalista, o que a torna mais atrativa para o público.
- | Isso gera uma assimetria na disputa pelo espaço informacional.

AUMENTO DAS MÁS PRÁTICAS DE PESQUISA

- | A circulação de informações falsas pode estimular condutas antiéticas como plágio, fabricação ou manipulação de dados.
- | Pode criar uma cultura de “atalhos” em vez de rigor científico.

FRAGILIZAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA CIÊNCIA

- | A ciência perde força em sua missão de promover justiça social, desenvolvimento sustentável e cidadania quando não consegue distinguir-se claramente da desinformação.



Recomendação de leitura sobre as universidades e como elas podem combater a desinformação.

JORNAL DA USP

[PORTAL DA USP](#) | [FALE CONOSCO](#) | [WHATSAPP](#) | [ENIE UMA PAUTA](#) | [PODCASTS](#)

[ATUALIDADES](#) | [CIÊNCIAS](#) | [CULTURA](#) | [DIVERSIDADE](#) | [EDUCAÇÃO](#) | [INSTITUCIONAL](#) | [RÁDIO USP](#) | [TECNOLOGIA](#)

Início > Atualidades > O papel das universidades no combate à desinformação

O papel das universidades no combate à desinformação

Sétima reportagem de série especial do Jornal da USP analisa como as instituições de ensino e pesquisa poderiam (e deveriam) atuar de forma mais intensa contra a propagação de informações falsas na internet

i Acesse o site 

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma **cultura de ética na universidade** é um processo contínuo, que exige o engajamento coletivo de docentes, discentes, gestores e técnicos. Essa cultura não se limita apenas ao cumprimento de normas e regulamentos, mas envolve o compromisso diário com a responsabilidade social da pesquisa, o respeito à dignidade humana e a valorização da ciência como bem público.

Nesse sentido, destaca-se a **importância da formação contínua de ações para o fortalecimento da integridade científica**, que deve ser incentivada por meio de cursos, oficinas, debates e ações institucionais permanentes. Somente através de uma formação sólida, medidas obrigatórias e regulamentadoras e constantes, é possível prevenir más práticas, fortalecer a credibilidade acadêmica e garantir que o conhecimento produzido pela universidade esteja alinhado aos mais elevados padrões éticos e científicos.



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; LIMA, Fábia Pereira; ALZAMORA, Geane Carvalho (orgs). **Desinformação e contemporaneidade: democracia, ciência e vida social.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2024.
- BOA SORTE, Paulo *et al.* Inteligência artificial e escrita acadêmica: o que nos reserva o algoritmo GPT-3?. **Revista EntreLinguas**, Araraquara, v. 7, n. 00, p. e021035, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/entrelinguas/article/view/1535>. Acesso em: 18 set. 2025.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- INTERNATIONAL CENTER FOR ACADEMIC INTEGRITY. **Fundamental Values of Academic Integrity.** Dayton, OH: ICAI, 2014. Disponível em: <https://academicintegrity.org/aws/ICAI/pt/sp/values>. Acesso em: 10 set. 2025.
- KROKOSZCZ, Marcelo. Autoria na redação científica. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 319-333, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 18 set. 2025.
- KROKOSZCZ, Marcelo. **Outras palavras sobre autoria e plágio.** São Paulo: Atlas, 2015.
- SILVA, Paulo Roberto Boa Sorte; SANTOS JÚNIOR, Gilson Pereira dos. **Inteligência artificial, linguagens e educação** [e-book]. Aracaju: EDIFS, 2024. 116 p. Disponível em: <https://edifs.ifs.edu.br/publicacoes/bogodef4-48ae-4e45-b902-4411579faf4f>. Acesso em: 15 set. 2025.
- TARGINO, Maria das Graças. O óbvio da informação científica: acesso e uso. **TransInformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 95-105, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/qRRhvBw8yJH3D7rqdMjtVN/?lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2025.
- TARGINO, Maria das Graças; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Responsabilidade ética e social na produção de periódicos científicos. **Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação E Biblioteconomia**, v. 3, n. 2. 2010. Disponível em: <https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/5346>. Acesso em: 15 set. 2025.
- TOMASSI, Andrea; FALEGNAMI, Andrea; ROMANO, Elpidio. Disinformation in the Digital Age: Climate Change, Media Dynamics, and Strategies for Resilience. **Publications**, v. 13, n. 2, 2025. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2304-6775/13/2/24>. Acesso em: 15 set. 2025.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Instrução Normativa nº 04/2024/PPGCI.** São Cristóvão: UFS, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/180llrkTpklwh8entv7eryl5zGKkYovEa?usp=sharing>.
- WACHOWICZ, Marcos; COSTA, José Augusto Fontoura. **Plágio acadêmico.** Curitiba: Gedai/UFPR, 2016. Disponível em: https://gedai.ufpr.br/wp-content/uploads/2018/08/plagio_academico_ebook.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.



Organização do Guia



Maria Edvânia da Silva Pereira

Mestra em Gestão da Informação e do Conhecimento e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFS) e graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal de Sergipe. Bibliotecária (CRB-5/2098) com experiência em contação de histórias no projeto Biblioteca Viva/USP Ribeirão Preto, em escolas, bibliotecas e centros culturais. Estagiou nas Bibliotecas Públicas Clodomir Silva (Aracaju) e Hermes Fontes (Boquim). Atua como mentora em normalização, trabalhos acadêmicos e currículo Lattes. Foi bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE) durante o mestrado desenvolvendo a pesquisa intitulada "Acesso à Informação sobre boas práticas em pesquisa: guia de ética e integridade científica na UFS". Exerce, na Coordenação de Pesquisa (COPES/UFS), a função de secretária do CEP Humanidades e Administradora do software Turnitin Similarity. É sócia da Sociedade Brasileira de História da Educação, membro do Grupo de Estudos Filológicos em Sergipe (GEFES/UFS) e colaboradora do projeto de extensão "Ler para Ser".



Renata Ferreira Costa

Professora do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestre e Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). É líder do Grupo de Estudos Filológicos em Sergipe (GEFES/CNPq). Suas pesquisas concentram-se nas áreas de Filologia, Crítica Textual, Edição de textos, História da Língua Portuguesa, Linguística Histórica, História social da leitura e da escrita, Autoria Científica, Plágio Acadêmico, Integridade Científica, Letramentos e Multiletramentos.

Designer



Germana Gonçalves de Araujo

Germana G. A. mora e trabalha em Sergipe. É professora efetiva do curso de Design Gráfico da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bacharela em Desenho Industrial (UFPB, 2000), tem pós-doutorado em Artes Visuais (IA/Unicamp, 2024) e doutorado em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura/UFBA, 2013). Produz livros desde a infância e é autora das obras Bonita Maria do Capitão, 2011 (1º Lugar no Prêmio Aloísio Magalhães da Fundação Biblioteca Nacional, em 2011); Cândido de Faria: um ilustrador sergipano das artes aplicadas, 2018 (2º Lugar no 33º Prêmio Museu da Casa Brasileira, na categoria Trabalhos Publicados, em 2019); Cuscuz: um livro de memórias afetivas, 2020; Lampião em Cena: criatividade na cultura visual do Cangaço, 2020; Livro corpo aberto, 2020 (livro de artista); Design do Livro Infantil Ilustrado: ensaios de representatividade, 2021 (livro digital); Design do livro experimental: ensaios provocativos, 2022 (livro digital); Design do livro digital: ensaios de interatividades, 2023 (livro digital); O livro em Sergipe: aspectos da memória gráfica de Sergipe, 2024 (livro digital); Resgate Tipográfico – Catálogo de Tipos, 2024 (Prêmio Ilma Fontes, edição 2025, na categoria Literatura). Atualmente, concomitante à atividade de docência na graduação em Design e na pós-graduação no programa de Ciência da Informação (mestrado e doutorado), pesquisa o livro de artista, o Design do Livro (impresso e digital), a memória gráfica local (Brasil-Nordeste-Sergipe).

APOIO:



**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO
DA UFS**



GUIA DE ÉTICA E INTEGRIDADE CIENTÍFICA DA UFS

